



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**CAMPUS A. C. SIMÕES**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA BEATRIZ OMENA SOARES MEDEIROS**

**A ESSÊNCIA DA SOCIEDADE CAPITALISTA:  
ACUMULAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

**MACEIÓ**  
**2024**

MARIA BEATRIZ OMENA SOARES MEDEIROS

**A ESSÊNCIA DA SOCIEDADE CAPITALISTA:  
ACUMULAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Clarissa Tenório Maranhão.

Maceió

2024

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Betânia Almeida dos Santos - CRB - 1542**

M488e Medeiros, Maria Beatriz Omena Soares.

A essência da sociedade capitalista: acumulação, exploração e precarização do trabalho / Maria Beatriz Omena Soares Medeiros, 2024.  
69 f.

Orientadora: Clarissa Tenório Maranhão.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 68-69.

1. Trabalho. 2. Capitalismo. 3. Precarização do trabalho. 4. Trabalho e sociedade capitalista. I. Título.

CDU: 364.1:330.142.212



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARIA BEATRIZ OMENA SOARES MEDEIROS  
Data: 10/12/2024 17:35:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**DISCENTE: Maria Beatriz Omena Soares Medeiros**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 03/12/2024

Título: “**A ESSÊNCIA DA SOCIEDADE CAPITALISTA: acumulação, exploração e precarização do trabalho**”

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CLARISSA TENORIO MARANHAO  
Data: 06/12/2024 11:42:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Clarissa Tenório Maranhão (ORIENTADORA)**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUCAS BEZERRA DE ARAUJO  
Data: 10/12/2024 15:29:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Lucas Bezerra Araújo**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LIANA FRANCA DOURADO BARRADAS  
Data: 03/12/2024 18:15:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Liana França Dourado Barradas**

## **AGRADECIMENTOS**

Um ciclo que me acompanhou por anos e me fez amadurecer como futura profissional e como pessoa está se encerrando. Um ciclo que me trouxe muitas alegrias, descobertas e curiosidades, contudo, também, um ciclo que, em alguns momentos, pelos caminhos e percalços da vida, cheguei a pensar que não fosse ser finalizado, principalmente ainda no início dessa jornada quando precisei – por forças maiores – abandonar um período.

Assim, quero agradecer em especial aos meus pais, Dirleide de Omena Soares Medeiros e Paulo César Santos de Medeiros, por sempre acreditarem em mim e me fazerem nunca desistir dos meus sonhos e desejos, dando-me o suporte necessário nos melhores e piores momentos.

Às minhas irmãs, Dannyelle Omena Soares Medeiros e Ana Paula Omena Soares Medeiros, que, mesmo em momentos dos estresses e ansiedades de uma graduação, sempre estiveram ao meu lado.

À minha família, no geral, que tenho sorte e orgulho de fazer parte. Sem a ajuda e incentivo deles, das minhas avós, das minhas tias, esse processo teria sido muito mais difícil. Obrigada pela paciência e compreensão nos momentos de ausência e por serem exemplo e incentivadores da importância do conhecimento nas nossas vidas enquanto sociedade.

Meu muito obrigada, também, aos amigos e às amigas que estiveram ao meu lado nesse percurso; muitos ainda estão na minha vida e outros não fazem mais parte dela, porém, foram e são de grande importância. Gratidão pela ajuda, suporte, surtos coletivos e risadas que tornaram esse caminho mais divertido.

A todos professores e a professoras pelos ensinamentos, em especial à minha orientadora, Clarissa Tenório Maranhão, que me acompanha desde o 2º período quando fui sua aluna de Iniciação Científica e me apresentou, mais de perto, a temática deste trabalho. Mesmo com todas as tribulações que passamos ao longo desses anos, foi essencial ao meu crescimento.

Por fim, obrigada a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para esse momento.

“Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão” (Marx, 1988, p. 184).

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral desvelar a essência da sociedade capitalista baseada na exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, como uma problemática que, além de teórica, é real, correlacionando acumulação, exploração e a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, categorias transitórias centrais que são objetos de intervenção prática e teórica para assistentes sociais visto sua atuação na reprodução social capitalista. Para isso, a metodologia utilizada foi revisão de literatura, com caráter de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa baseada na teoria materialista histórico-dialética, o que permitiu ultrapassar a aparência imediata desse modo de produção. Nessa ótica, o segundo capítulo nos mostra a transformação da força de trabalho na única mercadoria que tem o poder de produzir mais do que custou - a mais-valia - acompanhando o percurso histórico de gênese do modo de produção capitalista (MDPC) e apreendendo os mecanismos essenciais que permitem a expropriação e exploração da força de trabalho. Assim, o terceiro capítulo nos possibilita compreender o processo de acumulação capitalista e como a tendência de desenvolvimento da produtividade - acentuada com os novos modelos produtivos no capitalismo contemporâneo - cria novas formas de exploração que intensificam a precarização do trabalho. Logo, é comprovado que a essência capitalista é acumular cada vez mais mediante o aumento da exploração que desemprega e precariza a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Exploração; Capitalismo; Acumulação; Precarização.

## **ABSTRACT**

The present course conclusion work has the general objective of revealing the essence of capitalist society based on the exploitation of the working class by the capitalist class, as a problem that, in addition to being theoretical, is real, correlating accumulation, exploitation and the precariousness of work in capitalism contemporary, central transitional categories that are objects of practical and theoretical intervention for social workers given their role in capitalist social reproduction. For this, the methodology used was a literature review, with the character of bibliographical research and a qualitative approach based on the historical-dialectical materialist theory, which allowed us to overcome the immediate appearance of this mode of production. From this perspective, the second chapter shows us the transformation of labor power into the only commodity that has the power to produce more than it costs - surplus value - following the historical path of the genesis of the capitalist mode of production (CMOP) and apprehending the essential mechanisms that allow the expropriation and exploitation of the workforce. Thus, the third chapter allows us to understand the process of capitalist accumulation and how the trend of productivity development - accentuated with new production models in contemporary capitalism - creates new forms of exploitation that intensify the precariousness of work. Therefore, it is proven that the capitalist essence is to accumulate more and more through increased exploitation that makes the working class unemployed and precarious.

**Keywords:** Exploration; Capitalism; Accumulation; Precariousness.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Capital Constante
CV	Capital Variável
EIR	Exército Industrial de Reserva
MV	Mais-valia
MDPC	Modo de Produção Capitalista
TMV	Taxa de Mais-valia

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>9</b>
<b>2 FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA É MERCADORIA COMPRADA PELO CAPITALISTA .....</b>	<b>12</b>
2.1 TRABALHO, MODO DE PRODUÇÃO E LUTA DE CLASSES .....	13
2.2 CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E DA CLASSE CAPITALISTA .....	17
2.3 MERCADORIA E PRODUÇÃO MERCANTIL .....	26
2.4 MAIS-VALIA: EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA .....	33
<b>3 OPULÊNCIA DE UM É A PENÚRIA DE VÁRIOS .....</b>	<b>41</b>
3.1 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E INCREMENTO DA PRODUTIVIDADE .....	42
3.2 FASE MONOPOLISTA DO CAPITALISMO E MODELOS DE ACUMULAÇÃO..	53
3.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO É UMA EXACERBAÇÃO DA EXPLORAÇÃO .....	59
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Serviço Social – intitulado “A essência da sociedade capitalista: acumulação, exploração e precarização do trabalho” – apresenta o resultado de uma pesquisa bibliográfica. Essa pesquisa tem por objetivo geral desvelar a essência da sociedade capitalista baseada na exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, como uma problemática que, além de teórica, é real e faz parte da vida cotidiana de qualquer trabalhador assalariado ao redor do mundo em qualquer fase em que a acumulação capitalista esteve presente, correlacionando-a à exploração e à precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Haja vista o Serviço Social possuir uma dimensão interventiva e uma dimensão intelectual, faz-se necessário compreender de forma mais profunda o significado da sociabilidade burguesa erguida pelo capital, fundamentada na relação antagônica entre as classes sociais. Nesse sentido, ao mesmo tempo, é uma profissão que atua diretamente na regulação das relações sociais participando da reprodução social, além de possuir uma direção social estratégica voltada aos princípios éticos da defesa da liberdade, da equidade e da emancipação humana.

Sendo assim, o assistente social, através de seu trabalho profissional, executa ações estratégicas por meio de seu instrumental técnico-operativo, visando o acesso e a garantia de direitos sociais para a classe trabalhadora, nos marcos da ordem social capitalista. Nessa ótica, a temática deste estudo mostra-se relevante, portanto, à medida que nós nos propomos a refletir sobre as categorias ontológicas que constituem a sociedade capitalista, entre as quais destacamos: a acumulação, a exploração da força de trabalho, a precarização do trabalho etc.

Dessa forma, o estudo que trata da exploração na sociedade capitalista mostra-se indispensável, tanto para a prática profissional como para a produção de conhecimento na área do Serviço Social, já que as consequências da acumulação capitalista para a classe trabalhadora são encaradas como objeto de intervenção e, ao mesmo tempo, como objeto de conhecimento no âmbito da profissão. Logo, a continuidade dessa pesquisa apresenta-se como relevante para o aprofundamento de algumas temáticas emergentes na sociedade contemporânea, tanto para

assistentes sociais como para discentes em processo de formação profissional e de áreas afins, visto que a essência do capital permanece a mesma, revelando-se em sua aparência imediata através de novas manifestações.

O interesse e a aproximação com a temática surgiram a partir da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na condição de voluntária e bolsista, em três ciclos. Por conseguinte, esses ciclos tiveram como foco o estudo das categorias essenciais do Modo de Produção Capitalista (MDPC) que permitem a exploração da força de trabalho, e além da compreensão das formas contemporâneas de exploração associadas à tendência de precarização do trabalho em seus objetivos. Nesse sentido, essas temáticas me acompanharam durante o processo de graduação, fazendo parte da minha formação como estudante de Serviço Social e futura assistente social.

Somado a isso, essas temáticas despertaram a curiosidade acadêmica e pessoal de entender os significados ocultos por trás da ideologia burguesa dos ideais de assalariamento e desvelar o real fundamento desumano do capitalismo, entendendo esse modo de produção como uma forma de organização social e econômica que teve um início e pode ser superado.

Assim, a nossa opção pela vertente marxista mostrou-se como indispensável à proporção que essa perspectiva de análise nos oferece a possibilidade de ultrapassar a aparência do MDPC e, sobretudo, por contribuir para se atingir o objetivo de desvelar a essência da sociedade burguesa. Nessa ótica, é possível apreender os fundamentos da exploração na sociedade burguesa e como a acumulação capitalista promove diferentes formas de exploração que intensificam a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Com a finalidade de atingir o objetivo proposto, realiza-se, nessa pesquisa, uma revisão de literatura em livros, artigos e teses, com caráter de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa. Primeiramente, recorre-se à fonte original marxista, a clássica obra “O Capital: crítica da economia política”, de Karl Marx (1988) – que teve sua primeira publicação em 1867 - para compreender, sem interpretações equivocadas, as determinações essenciais que explicitam as bases de funcionamento do MDPC e os mecanismos necessários à exploração e extração de Mais-valia (MV).

Em sequência, são estudados autores que seguem a tradição marxista, a exemplo de Sweezy (1986); Salama e Valier (1978); Saad Filho (2003); Netto e Braz (2012); Falcon e Moura (1986); Tavares (2009); Antunes (2011a, 2011b) a fim de dar continuidade à análise acerca da exploração na sociedade burguesa e ao processo de acumulação capitalista, refletindo em como esse leva a tendência de precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, sendo uma forma, portanto, de exacerbação da exploração da força de trabalho.

Para isso, faz-se necessário, primeiramente, acompanhar o percurso histórico que levou à gênese do MDPC e à constituição das duas classes fundamentais e antagônicas – proletariado e burguesia –, visto que a acumulação primitiva de capital antecedeu a generalização da mercadoria e das relações de assalariamento na sociedade.

Feitas essas considerações, destacamos que, na primeira parte do trabalho, propomo-nos a analisar a transformação da força de trabalho na única mercadoria que tem o poder de produzir mais do que custa, a MV, de forma a ser a finalidade almejada do capital e inerente ao capitalismo e, para isso, diversos são os mecanismos capitalistas utilizados para a sua expropriação e exploração.

Na segunda parte do trabalho, intencionamos compreender o processo de acumulação capitalista e as consequências que são geradas para a classe trabalhadora, correlacionando a riqueza e a pobreza. Com efeito, a tendência de desenvolvimento da produtividade – principalmente devido a novos modelos produtivos como o toyotismo, característico do capitalismo contemporâneo pós reestruturação produtiva – aumenta o investimento em máquinas, tecnologia e inovação, enquanto diminui a necessidade do trabalhador mesmo com a sua oferta aumentada, criando um enorme contingente de desempregados jogados à própria sorte e intensificando a precarização do trabalho, uma forma de exacerbação da exploração. Depois, tem-se as considerações finais, seguidas das referências nas quais esse estudo está amparado.

## **2 FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA É MERCADORIA COMPRADA PELO CAPITALISTA**

A presente análise tratará do MDPC, mas não seguindo a ideologia burguesa quando trata o capital como uma inclinação natural da sociedade, que sempre existiu e, portanto, sempre existirá como única forma de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida; contudo, fruto de uma historicidade desenvolvida pelos próprios homens. Sendo assim, o capitalismo não representa todo o período da história humana e, para chegarmos ao seu desenvolvimento, outros modos de produção e de sociedades de classe foram dissolvidos, criando, outrossim, todos os elementos necessários para a evolução do MDPC.

Assim como sua existência não é natural, suas características inatas também não são. O objetivo principal da primeira parte desse trabalho é compreender a essência do modo de produção capitalista, ultrapassando a sua aparência imediata marcada pela ideologia burguesa de meritocracia e de sujeitos que se encontram num ideário de liberdade e igualdade, escolhendo firmar uma relação social por meio de um contrato. Logo, após essas considerações iniciais, o seguinte estudo nos mostra que o capitalismo pressupõe uma base material e uma forma de sociabilidade, oriunda do conflito de interesses representados pela classe burguesa e pela classe do proletariado, engendrando, assim, dois sujeitos históricos, que desenvolvem uma relação baseada na dominação-exploração.

Feitas essas considerações, destacamos que, neste capítulo, trataremos brevemente da gênese histórica do capitalismo precedida pela dissolução do escravismo e do feudalismo – modos de produção anteriores que levaram à generalização da produção de mercadorias com foco no mercado e da relação social de assalariamento. Assim, esse mesmo percurso histórico levou à constituição das duas classes fundamentais da sociedade burguesa: a classe trabalhadora e a classe capitalista, configurando a luta de classes nessa sociedade.

Através de uma crítica orientada pela tradição marxista, acompanharemos a transformação da força de trabalho na única mercadoria capaz de produzir mais do que custa – a mais-valia (MV) --, apropriada pela classe não produtora e símbolo da exploração na sociedade capitalista, apreendendo os mecanismos essenciais que proporcionam a expropriação e a exploração da força de trabalho assalariado e consequente extração de MV.

## 2.1 TRABALHO, MODO DE PRODUÇÃO E LUTA DE CLASSES

Para iniciar o estudo e uma melhor compreensão sobre a temática da exploração no modo de produção capitalista, faz-se necessário realizar uma introdução crítica acerca da categoria do trabalho, modo de produção e luta de classes nas sociedades de classes.

É sabido que a história humana se baseia numa sucessiva transição de modos de produção que não ocorreram de forma linear. Assim, modo de produção é a forma como a sociedade se organiza economicamente e socialmente para a produção de sua riqueza material, os bens necessários à reprodução do homem e, para isso, eles possuem diferentes funções e posições sociais. A forma como isso ocorre determina as forças produtivas de uma sociedade e as relações sociais de produção que os indivíduos desenvolvem entre si. Sendo assim, o modo de produção vigente resulta em uma formação social característica, historicizada e mutável daquele momento da sociedade.

Fazendo parte de todos eles, o trabalho é categórico de qualquer sociedade humana, pois é uma atividade natural do homem de transformar a natureza para produzir algo previamente idealizado, sendo, assim, a categoria central da sociabilidade humana. Logo, para Marx (1988, p.149), “trabalho é um processo entre o homem e a natureza”, onde o homem, através de suas forças naturais, modifica a natureza com o fito de se apropriar de uma forma útil para sua vida. Ademais, o que distingue o trabalho dos animais (seres biológicos) dos seres humanos (seres sociais), é que o ser humano antes de construir fisicamente, constrói em sua cabeça/mente. A atividade do homem é “orientada a um fim.” (Marx, 1988, p.150).

Nesse ato, além de transformar a natureza, o homem também se transforma e modifica a si e ao seu redor, desenvolvendo a evolução do ser humano. Desse modo, todos os modos de produção passaram por alterações decorrentes do trabalho e tiveram as suas formas de produção da riqueza social, visto que é o trabalho quem a produz. Conforme Lessa (1999, p. 21), “sem a transformação da natureza pelos homens [...] não há história humana”.

Dito isso, o trabalho torna-se uma atividade coletiva que desenvolve o ser por meio de novos conhecimentos e habilidades e reproduz a sociedade. Quando o ser humano, em seu sentido de raça humana, percebe a necessidade de manter

animais – que utiliza para seu consumo por perto, pois assim não precisa constantemente caçar e ainda se beneficiaria da reprodução –, ele cria a domesticação e criação de animais que ao longo dos anos afeta totalmente o rumo da sociedade humana, ao passo que, hoje, um dos mercados mais rentáveis no Brasil, como exemplo, é a criação de gado. Para Lessa (1999),

todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torne cada vez mais desenvolvida e complexa (Lessa, 1999, p. 26).

Dessa forma, o próprio trabalho, principalmente quando cria a possibilidade de produzir mais do que o necessário para o próprio consumo – o sobretabalho ainda na comunidade primitiva<sup>1</sup> – também cria a possibilidade da exploração do homem pelo homem. Assim, o trabalho não seria mais realizado por todos, mas, sim, por um grupo explorado, que de primeiro momento serão os escravos.

Nesse sentido, surge, então, o principal elemento para a gênese das sociedades de classe, sociedades divididas em classes que possuem diferentes funções e objetivos baseados numa relação de dominação e exploração, que fazem parte o escravismo, o feudalismo e também o capitalismo. Agora, os homens seriam divididos entre os produtores diretos do excedente econômico como classe explorada, e os apropriadores da riqueza social produzida, como classe dominante.

Para realizar o trabalho, o ser humano utiliza-se de uma capacidade que lhe pertence chamada força de trabalho tal qual “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”, conforme é assinalado por Marx (1988, p. 149). Por conseguinte, o resultado do processo de trabalho é a produção de um valor de uso, pois serve para satisfazer as necessidades sejam lá de qualquer espécie que já existiam na imaginação do trabalhador direto. Além da força de trabalho, o produtor ainda precisa do meio de trabalho e do objeto de trabalho, este é sobre o qual o homem irá agir e aquele é tudo o que o homem coloca entre si e o objeto. Assim, “no processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio” (Marx, 1988, p. 151).

---

<sup>1</sup> A comunidade primitiva antecede as sociedades de classes e foi a primeira organização social humana, representando grande período da sociabilidade dos homens.

Como exemplo, temos o produtor que pré-idealiza em sua mente o vinho. Nesse processo de trabalho, a uva é um objeto de trabalho que sofrerá a ação e transformação pelo ser humano e ferramentas utilizadas para esmagar a uva serão meios de trabalho. Outrossim, a junção do meio de trabalho e do objeto de trabalho formam os meios de produção e são medidores do desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade.

Logo, o desenvolvimento da sociabilidade humana é marcado também por um desenvolvimento progressivo das forças produtivas, desde a criação de martelos, enxadas, passando pela máquina a vapor e máquina elétrica que revolucionaram o modo de produzir. Dessa maneira, vale dizer que os meios de produção mais desenvolvidos aceleram os processos de trabalho e permitem produzir mais e com maior agilidade. Um homem pode partir um coco mais rápido fazendo uso de um martelo ou enxada. Uma máquina poderá produzir o equivalente ao que 10 homens produziram ao mesmo tempo. Portanto, com o desenvolvimento das forças produtivas, ocorre um incremento dos meios de produção, contribuindo, assim, para o aumento da produtividade.

Nesse sentido, mostra-se que para produzir um valor de uso são necessários a força de trabalho humana e os meios de produção – instrumentos, ferramentas, máquinas, tecnologia. Entretanto, quando tratamos das sociedades de classe, tratamos de uma sociedade dividida entre a classe que efetivamente trabalha e produz a riqueza material da sociedade e a classe que se apropria desse produto, causando uma alienação<sup>2</sup> do trabalho, pois aqui a função não é mais satisfazer as necessidades individuais do produtor direto, mas, sim, enriquecer a classe dominante e exploradora, refletindo apenas a necessidade de produção da riqueza para uma classe. Conforme Lessa (1999),

em resumo, nas sociedades de classe em geral, mas em especial no sistema de capital, o trabalho se converte em um processo no qual o desenvolvimento das forças produtivas implica, também (portanto, não

---

<sup>2</sup> Sobre alienação, os autores Netto e Braz afirmam: “Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da alienação. E se trata mesmo de um fenômeno histórico porque, embora se configurando como um fato de grande perdurabilidade, verdadeiramente trans-histórico, as condições sociais em que ele se processa não são eternas nem naturais – são condições que podem ser superadas no curso do desenvolvimento histórico. Basicamente, a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhes pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem (Netto; Braz, 2012, p.57).

apenas), a produção da riqueza da classe dominante e da miséria dos trabalhadores (Lessa, 1999, p. 30).

Um fator que conforma as relações sociais de produção é a propriedade dos meios de produção, pois eles criam uma relação de interdependência entre os homens e sua posse gera relações de dominação na sociedade. Na comunidade primitiva, antes do surgimento das sociedades de classe, a propriedade dos meios de produção era comum a todos, porém, se ela pertence à classe dominante, a classe explorada é privada de exercer suas necessidades individuais e obriga ao produto desse processo de trabalho também pertencer aos detentores dos meios de produção. Com efeito, a propriedade dos meios de produção não é mais comunal, então o resultado dos processos de produção também não são, são apropriados.

Todavia, nas sociedades de classe que precederam a sociedade burguesa, o escravismo e o feudalismo, que aqui iremos denominar pré-capitalismo, havia um baixo desenvolvimento das forças produtivas, visto que possuíam meios de produção pouco desenvolvidos e a produção insuficiente e pobreza eram resultados diretos da escassez socialmente produzida. Além do mais, a coerção utilizada para coagir os produtores diretos a produzirem para a classe dominante era direta e extraeconômica, e, muitas vezes, violenta, diferente do capitalismo, que é marcado pelo alto desenvolvimento das forças produtivas visto o processo de industrialização e meios de produção altamente tecnológicos, e que se utiliza de uma coerção indireta e econômica para que a classe trabalhadora continue produzindo.

Ademais, um fator que contribui para o contínuo desenvolvimento das forças produtivas e a passagem desses estágios da sociedade e modos de produção é a divisão do trabalho<sup>3</sup>, baseando-se nas diferentes posições do homem na produção. Antes das sociedades de classe, ocorria basicamente uma divisão sexual do trabalho, na qual homens e mulheres tinham atividades diferentes dentro daquela comunidade. Porém, a divisão social do trabalho – uma forma de cooperação no trabalho entre os homens que permite que as idealizações individuais se tornem relações sociais – propicia o aperfeiçoamento de habilidades e a especialização,

---

<sup>3</sup> “Para Marx, como já vimos, o trabalho produtor de valor de uso é condição da existência do homem, independentemente das formas de sociedade, porque o trabalho constitui a necessária mediação entre o homem e a natureza, ou seja, é condição indispensável para a existência da vida humana. Verifica-se, de acordo com Marx, que a diversidade da produção e o concomitante desenvolvimento da divisão do trabalho se realizam independentemente de os produtos se tornarem mercadorias” (Barradas, 2014, p. 45).

bem como incrementa a produtividade e a possibilidade de produzir mais em menos tempo. Curiosamente, a divisão social do trabalho sofre um avanço progressivo, sendo maior no capitalismo que no pré-capitalismo, também aumentando a distância e alienação do produtor direto de seu produto.

É fato é que as sociedades formadas por classes geram um antagonismo entre produtores diretos da riqueza social – classe explorada – e apropriadores da produção – classe dominante –, que causam tensões na sociedade, intensificando a luta de classes. No escravismo, essa luta foi travada por escravos explorados e donos de escravos detentores dos meios de produção; no feudalismo, por servos explorados e senhores feudais dominantes; e, no capitalismo, essa luta será travada entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. Diante disso, a relação entre esses dois extremos e as suas constituições históricas, que são acompanhadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e aumento da divisão social do trabalho em comparação com o pré-capitalismo, terão atenção no decorrer dessa monografia.

## 2.2 CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E DA CLASSE CAPITALISTA

Muitas foram as transformações que levaram a constituição da classe trabalhadora e a formação do modo de produção de mercadorias e de valorização de capital inerentes ao MDPC. Assim, aspectos e evoluções importantes ocorreram no que denominamos “pré-capitalismo”, durante os modos de produção escravista e feudalista, sendo a eles, numa perspectiva de desenvolvimento do capital e das relações capitalistas, que iremos nos ater brevemente nas próximas linhas.

Na comunidade primitiva, que representa a maior parte da história humana, não havia propriedade privada dos meios de produção. Assim, os meios de produção, bem como os produtos dos processos de trabalho eram comuns a todos, não havendo a divisão da sociedade entre classe produtora e classe apropriadora. Além disso, a divisão social do trabalho era, no máximo, de cunho sexual, diferenciando as funções na produção mediante o sexo, conjuntura essa que muda com o desenvolvimento do escravismo.

O modo de produção escravista predominou nas antigas civilizações grega e romana e foi gestado pelo surgimento de um sobreproduto do trabalho ainda na comunidade primitiva. Para Netto e Braz (2012, p.69)

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das

comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho (Netto; Braz, 2012, p. 69).

Quando o homem pôde produzir mais do que o necessário para o seu próprio consumo e acumular produto além das necessidades sociais imediatas, gerou também a possibilidade da exploração do homem pelo homem que, nesse caso, se utilizou de coerção física extremamente violenta e extra econômica, haja vista os escravos terem uma subordinação direta a seus “donos”.

Assim, quem produz diretamente é explorado por quem se apropria desse excedente econômico, logo “[...] vale a pena escravizar e explorar homens” (Netto; Braz, 2012, p. 77). Por conseguinte, a comunidade primitiva deu espaço para o escravismo e inaugurou a propriedade privada dos meios de produção<sup>4</sup> e a sociedade de classes, constituída por proprietários e os não-proprietários, pois os escravos e meios de produção eram propriedade do senhor.

A sociedade escravista era dividida em duas grandes classes: a minoria detentora da terra e escravos; e a maioria escravizada pela primeira sem direito à própria vida, os produtores diretos. Assim, essa sociedade [escravista] foi importante para o desenvolvimento da produção de valores de uso com a finalidade da troca, a mercadoria, pois o aumento do excedente da produção social criou as bases necessárias para a mercantilização e o aparecimento do dinheiro como alternativa de troca. De acordo com Netto e Braz (2012),

o escravismo, com todos os seus horrores, significou, em relação à comunidade primitiva, um passo adiante na história da humanidade: introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento de produção de mercadorias (produção mercantil), estimulou o comércio entre distintas sociedades (Netto; Braz, 2012, p. 78).

Seguindo o próprio decurso da sociedade, o desenvolvimento das forças produtivas levou ao definhamento do modo de produção escravista, pois aquele tipo de relação humana e comercial não era mais compensador para o avanço das

---

<sup>4</sup> “Se a propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva (como na comunidade primitiva), tais relações são de cooperação e ajuda mútua, porque os produtos do trabalho são desfrutados coletivamente e nenhum membro do grupo humano se apropria do fruto do trabalho alheio; se tal propriedade é privada, particular (de um membro do grupo, de um conjunto de membros), as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção fundamentais apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores direto, ou seja, estes são explorados por aqueles” (Netto; Braz, 2012, p. 72).

relações mercantis. Dessa maneira, ao longo dos anos, surgiram as bases para a imposição do regime feudal estabelecido na Europa no século V.

Nessa ótica, o feudalismo também foi uma sociedade de classes formada basicamente por duas posições: os senhores feudais como classe dominante e os servos como classe explorada. Além disso, era um modo de produção baseado na posse da terra e tinha a Igreja Católica na mais alta hierarquia como a maior proprietária de terras. Os servos ou camponeses, por sua vez, ocupavam as terras do senhor feudal por meio do pagamento de tributos, prestações e serviços com diferentes graus de servidão. Destacamos que, nesse contexto, é importante não igualar os servos aos escravos, pois os escravos pertenciam diretamente aos seus proprietários.

Contudo, conforme Netto e Braz (2012, p. 81), a coerção utilizada para fazer os camponeses produzirem os bens também era direta e extraeconômica, logo “também no regime feudal o excedente produzido pelos servos era expropriado mediante o monopólio da violência (real e potencial) exercido pelos senhores que, ademais, administravam a justiça no limite dos seus feudos”. Entretanto, diferenciando-se do escravismo (e do capitalismo, como veremos adiante), os servos detinham a posse dos meios de produção, possuindo os instrumentos e ferramentas necessários para produzir e retiravam seu próprio sustento da terra. Dessa forma, eles tinham controle e conhecimento do processo de produção.

Inicialmente, quase toda a produção necessária ocorria dentro dos feudos, não havendo a necessidade de compra e de grande procura por excedentes e as trocas ocorriam por meio do intercâmbio de mercadorias. Além disso, as estradas tinham péssimas condições, o dinheiro era escasso e não era padronizado em todos os feudos. Com o passar do tempo, o crescimento populacional, as guerras e as cruzadas estimularam a busca por mercadorias e promoveram um comércio em expansão com a formação de feiras para as transações comerciais e, posteriormente, as primeiras cidades foram criadas. Outrossim, as mercadorias passaram a ser vendidas não somente para o autoconsumo imediato, mas comercialmente.

Ao decorrer do feudalismo, constituiu-se também o grupo dos artesãos que produzia mercadorias artesanais com a finalidade de troca e propósito de atender aos interesses de ambas as partes envolvidas. Aliado a isso, ao decorrer da história e com o amadurecimento desse tipo de interação, os artesãos vão se estruturando

em ligas e associações, estabelecendo rotas comerciais, estimulando o consumo e contribuindo para o crescimento das cidades comerciais. Desse modo, devido a toda a nova logística, foi possibilitado o desenvolvimento da classe dos comerciantes que, posteriormente, originou a dos burgueses.

Nesse ponto, a forma como era produzida e socializada a riqueza no modo de produção feudal impunha limites ao pleno desenvolvimento mercantil e maximização da riqueza, o que desconstrava com os interesses da classe emergente dos comerciantes que adquiria cada vez mais poder e relevância numa sociedade de transição. Assim, o enfraquecimento do sistema feudal se inicia no século XV, com a intensificação da luta de classes e uma burguesia nascente protestando por mais espaço, autonomia e liberdade para maximizar sua riqueza.

Em consonância a isso, depreende-se que: “o processo de crise do feudalismo é, igualmente, o solo histórico do movimento que conduzirá ao mundo moderno – a Revolução Burguesa” (Netto; Braz, 2012, p. 83). Entretanto, além do desenvolvimento das práticas mercantis em larga escala, fatores como o esgotamento das terras, o surto epidêmico da peste negra e o surgimento do Estado Absolutista ocorreram durante o feudalismo e contribuíram para sua dissolução.

As terras – principal fonte da riqueza feudal, sem as tecnologias que hoje temos disponíveis e um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas – esgotaram-se ao longo dos anos de uso e não atendiam às necessidades de produção como antes. Com a produtividade diminuída, os senhores feudais precisavam garantir o aumento da exploração dos camponeses e servos com o fim de elevar o excedente econômico produzido.

Conseqüentemente, a luta de classes entre camponeses e senhores feudais intensificou-se cada vez mais, o que provocou diversas revoluções camponesas protestando por melhores condições de vida. Ademais, outro fator de grande importância foi a grande redução populacional ocasionada pela epidemia da peste negra, doença infecciosa que dizimou um enorme contingente de pessoas, principalmente da classe explorada e produtora dos bens, diminuindo, assim, a capacidade de trabalho disponível.

Para mais, a forma de Estado absolutista centralizou o poder político nas mãos de um único soberano – o rei –, o que reduziu a influência dos diversos senhores feudais na Europa. Ele nasceu aliado aos interesses da classe dominante para combater os crescentes movimentos camponeses que citamos acima, todavia

seus principais financiadores foram os grandes comerciantes em ascensão, que tiveram interesses econômicos e mercantis atendidos. Conforme Netto e Braz (2012, p. 85), “os monopólios comerciais que as monarquias absolutas conferiam aos grandes comerciantes estavam no centro daqueles interesses. [...] Esses comerciantes operaram a chamada revolução comercial”.

Diante dessa nova realidade, o feudalismo já não era mais sustentável e todos esses fatores provocaram mudanças na sociabilidade feudal, mudanças essas que funcionaram transicionando, ao longo de séculos, para um novo modo de produção, como a possibilidade de mobilidade social, de comercialização da terra e o pagamento em dinheiro dos servos aos senhores, e não mais só em serviços e produtos recolhidos da terra.

É importante destacar que, aqui, estamos tratando de um momento de transição entre os dois modos de produção, ou seja, da transição do feudalismo para o capitalismo. Contudo, nesse momento, devemos observar que certas características do capitalismo ainda não são predominantes. Portanto, deve-se admitir que, no período de transição, ainda há relações feudais que não foram totalmente superadas, ao tempo em que as relações capitalistas nascentes já dão seus primeiros sinais. Estas últimas, por sua vez, ainda não se constituíram de forma dominante e universal ao nível de estabelecer um novo modo de organização da produção.

Nesse mesmo momento, predominava a manufatura, aumentando o número de trabalhadores em um mesmo processo produtivo comandados apenas por um líder, o que modificou, por sua vez, o caráter individual do trabalho dos artesãos. Nas corporações artesanais, havia uma certa igualdade entre os trabalhadores e facilidade para os aprendizes se tornarem mestres. Mas a manufatura aumenta a divisão social do trabalho e passa a existir uma hierarquia na produção, com superiores e inferiores e diferentes pagamentos.

Conforme Barradas (2014), o período manufatureiro vai do século XVI ao XVIII e,

através de um aglomerado de trabalhadores desenvolvendo o mesmo trabalho ao mesmo tempo, reduz-se o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria e, além disso, a produção passa a ser realizada sob a junção de diversos processos de trabalho e com a concentração dos meios de produção (Barradas, 2014, p. 75).

Todavia, para que ocorram relações de assalariamento essencialmente capitalistas, faz-se necessário que haja, de um lado, detentores dos meios de produção e, do outro, detentores apenas de sua própria força de trabalho, fato que não acontecia com os camponeses no início do feudalismo, haja vista que tinham posse dos instrumentos e ferramentas. Dessa forma, “a separação entre a posse dos meios de produção e a posse da força de trabalho é a condição prévia do modo de produção capitalista” (Colectivo, 1978, p. 122).

Esse processo ocorreu de forma violenta com a expropriação dos camponeses de suas terras para a pastagem de ovelhas e agricultura, separando-os das condições de trabalho que lhe proviam sua subsistência e deixando-os à mercê de um nascente mercado de trabalho. A isso, dá-se o nome de cercamentos. Netto e Braz (2012) afirmam:

Ao cabo de algumas décadas, o resultado desse processo bárbaro foi, de um lado, a concentração da terra nas mãos de poucos e, de outro, o deslocamento, para as cidades, de uma enorme massa de homens desprovida de tudo à exceção da sua força de trabalho – precisamente aqueles contingentes que, livres da servidão e ao mesmo tempo sem dispor de nada, podiam migrar de um lugar a outro oferecendo-se para trabalhar; em suma, o contingente donde sairia a classe operária (Netto; Braz, 2012, p. 100).

Nessa perspectiva, a expropriação agrária e os cercamentos que iniciaram na Inglaterra no século XVI, e depois se universalizaram, consolidaram a propriedade privada das terras e criaram grandes contingentes populacionais de pessoas pobres que não tinham mais de onde prover seu sustento imediato e tentavam vender seus serviços aos mais privilegiados ou partiram para a mendicância, deixando-os livres para se submeterem a outrem. Corroborando Tavares (2009, p. 11), “dado que a acumulação é central ao debate, deve-se observar que, na gênese do capitalismo, a acumulação primitiva levou pelo menos três séculos, para que muitos trabalhadores fossem reunidos e comandados por um só capitalista”.

Assim como foi analisado anteriormente, já havia mercados para troca e o comércio constituído para a venda de excedentes produzidos, possibilitando, dessa maneira, uma acumulação primitiva de capital, termo utilizado para a acumulação de capital que ocorreu no pré-capitalismo e possibilitou sua gênese, por meio de uma pequena produção mercantil. Essa produção aumentou, por sua vez, o volume de produção e permitiu a separação dos meios de produção dos produtores diretos,

transformando-os em trabalhadores assalariados, gestando, destarte, o necessário para as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado.

Conforme Colectivo (1978),

[...] afastaram-se as massas produtoras das suas condições de vida e produção (terra, oficinas) e uma minoria entrou na posse dos meios de produção da sociedade pelo roubo e a violência. A massa dos produtores anteriormente independentes transformou-se em assalariados 'livres' (Colectivo, 1978, p. 123).

Para Falcon e Moura (1986), esse processo de crise feudal e transição para o capitalismo é marcado por três principais transformações: a acumulação de capital; a liberação de mão-de-obra, que nesse trabalho, visando sua real característica e função para o modo de produção capitalista, preferimos chamá-la de força de trabalho; e os progressos da técnica aplicada à produção antes do estabelecimento do MDPC como dominante, como o incremento da produtividade e da divisão social do trabalho.

Os cercamentos na agricultura e pecuária promoveram uma acumulação de capital na medida em que aumentaram a propriedade privada de bens e concentraram a riqueza na mão de poucos. Segundo Falcon e Moura (1986),

refletindo o avanço do capitalismo no campo e, portanto, a transformação da propriedade agrícola em empresa manejada segundo os critérios do lucro e dentro de princípios individualistas, o cercamento dos campos elimina as sobrevivências senhoriais e feudais ligadas ao trabalho e ocupação da terra, promovendo a reorganização das parcelas, expropriando rendeiros, parceiros e outras categorias camponesas, apropriando-se o senhor das reservas e terras comuns, cercando-as a fim de reuni-las às suas próprias terras para fazê-las produzir mais e melhor. Liquidam-se, assim, o sistema comunitário, suprimem-se os direitos coletivos sobre terras, pastos e florestas, provocando-se a saída de grande parte dos camponeses ou a sua conversão em simples assalariados (Falcon; Moura, 1986, p. 17).

Aliado a isso, essa população expropriada serviu para outro caráter nascente da acumulação de capital, a indústria. As indústrias ganhavam forma e a burguesia industrial ia cada vez mais diferenciando-se da burguesia mercantil, absorvendo a força de trabalho liberada que vinha do campo e incrementando intensamente a produtividade, aumentando mais a divisão social do trabalho e a distância do produtor direto de seu produto. Sendo assim, tornava-se cada vez mais clara a subordinação de trabalhadores a detentores do poder. No que tange à relação do trabalhador com a maquinaria, Barradas (2014) diz que

a maquinaria desenvolvida representa para o trabalhador não mais um mero instrumento ou ferramenta de trabalho. O complexo sistema de máquinas se constitui como um autômato, no qual o trabalhador, em vez de inverter diretamente sobre a matéria-prima (objeto de trabalho), presta assistência à máquina e às suas conexões automáticas (Barradas, 2014, p. 107).

Outrossim, a acumulação primitiva de capital também ocorreu em decorrência da exploração das colônias, em um momento em que países europeus conquistaram novos territórios. O mercantilismo promoveu a expansão da burguesia através da pirataria, quando o comerciante europeu saqueou as colônias, explorou as minas, as plantações nativas e a força de trabalho indígena. Dessa forma, “a exploração das áreas coloniais possibilitou, assim, a organização de um verdadeiro sistema de acumulação à sombra do domínio exercido sobre a respectiva produção e comércio” (Falcon; Moura, 1986, p. 21).

Assim, no processo histórico demarcado entre os séculos XV e XVIII, especialmente na Inglaterra, gestava-se, ainda no interior do feudalismo, todas as condições necessárias para o surgimento de um novo modo de produção através da acumulação primitiva ou originária de capital e da manufatura, fruto da decadência dos modos de produção anteriores, representando, dessa maneira, o berço da relação antagônica entre capital e trabalho e dando origem ao capitalismo comercial ou mercantil.

Todas as transformações e aspectos característicos apresentados acima sugerem a dissolução da sociedade feudal e a chegada do capitalismo. Assim, como apontam Netto e Braz (2012, p. 86), “enquanto a sociedade tornava-se cada vez mais burguesa, a ordem política continuou sendo feudal”. Desse modo, a burguesia, insatisfeita com os privilégios da nobreza e as limitações para o pleno desenvolvimento comercial, travou uma revolução social burguesa. Nesse sentido,

as forças produtivas já não podem se desenvolver no marco das relações de produção – na sociedade, surgiam forças produtivas que exigiam novas relações (capitalistas, burguesas), mas estas eram travadas pelo Estado absolutista (que condensava relações de produção feudais) (Netto; Braz, 2012, p. 86).

Assim, com o protagonismo político, econômico, cultural que a burguesia nascente havia adquirido, aliado ao povo insatisfeito com a condição de miséria da grande população, venceu a Revolução Francesa, em 1789, no final do século XVIII, põe fim ao antigo regime feudal e ao Estado absolutista e abre o século XIX com um

novo Estado – o burguês – um novo modo de produção – o capitalista – em seu segundo estágio concorrencial-industrial, e uma nova sociabilidade – a burguesa – baseada na produção universalizada de mercadorias por duas classes fundamentais e antagônicas, o proletariado e a burguesia. Conforme Tavares (2009),

aproximadamente entre 1780 e 1870, teriam se operado as transformações que assinalam o estabelecimento da sociedade capitalista burguesa, constituindo a era do capitalismo industrial ou concorrencial, fase do estabelecimento das formas capitalistas da sociedade liberal [...]. Esse período é marcado pela Revolução Industrial e, óbvio, pelo advento da máquina (Tavares, 2009, p. 9).

Faz-se importante destacar que a Revolução Burguesa conquistada em 1789 representou o desenvolvimento histórico de todo um extenso período de tempo que levou àquele resultado. Portanto,

A Revolução Burguesa, vê-se, constitui mesmo toda uma época de revolução social – inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França). A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789, não constitui mais que o desfecho de uma luta de classes prurissecular, que teve no domínio da cultura e das ideais um campo de batalhas decisivo [...]. Foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o povo (o conjunto do Terceiro Estado) e liderá-lo na luta que pôs fim ao Antigo Regime (Netto; Braz, 2012, p.87).

Por fim, assim gestaram-se as duas novas classes antagônicas desse novo modo de produção durante todo esse percurso histórico: a classe trabalhadora e a classe capitalista. Com efeito, a liberação de força de trabalho disponível transformou os artesãos em proletariado urbano e os camponeses em proletariado rural. Esse mesmo processo foi o criador do outro extremo, a acumulação primitiva de capital e a generalização da mercadoria deu gênese a classe capitalista detentora de capital e dos meios de produção. Todavia, de acordo com Tavares (2009, p. 8), “a sociedade só se torna capitalista quando o capital domina a produção, ou seja, quando a força de trabalho torna-se mercadoria e o assalariamento passa a ser a base desta sociedade”.

Diante do que foi exposto até aqui, vimos que a propriedade privada dos meios de produção, sobretudo o trabalho assalariado, impactou o surgimento de novas relações sociais de produção. Outrossim, as antigas relações sociais no

pré-capitalismo, mesmo também havendo exploração, eram baseadas em meios indiretos e econômicos para coagir a classe produtora que não era obrigada a oferecer a sua força de trabalho no mercado, porém, a sociedade burguesa é a única baseada em desapropriar os produtores diretos, seja no campo seja nas cidades. Para Woods (2001),

durante milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra. E, provavelmente por quase tanto tempo quanto se dedicaram à agricultura, dividiram-se em classes, entre os que trabalhavam a terra e os que se apropriaram do trabalho alheio. Essa divisão entre apropriadores e produtores assumiu muitas formas, porém uma característica comum foi que, tipicamente, os produtores diretos eram camponeses. Esses camponeses produtores permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente da terra. Como em todas as sociedades pré-capitalistas, esses produtores tinham acesso direto aos meios de sua reprodução. Significa que, quando seu trabalho excedente era apropriado por exploradores, isso era feito através do que Marx chamou de meios 'extra-econômicos' – ou seja, através da coerção direta, exercidas por grandes proprietários ou Estados que empregavam sua força superior, seu acesso privilegiado ao poder militar, jurídico e político (Woods, 2001, p. 77).

Também se conclui que as sociedades pré-capitalistas se diferenciavam do capitalismo pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não permitindo uma produção mercantil generalizada que, muitas vezes, causava uma produção insuficiente mesmo para as necessidades de subsistência; ademais para as necessidades adicionais e supérfluas, principalmente quando diz respeito à classe produtora e explorada. Nessa ótica, a pobreza era decorrente desse contexto, ao contrário do modo de produção capitalista, em especial a partir de seu estágio de industrialização e alta produtividade.

Realizou-se um breve percurso histórico da origem do capitalismo e de suas duas classes antagônicas principais, bem como a eterna relação antagônica entre capital e trabalho e das relações sociais que dela derivam – produtos do mesmo processo. Feitas essas considerações, passaremos a tratar da caracterização da mercadoria de forma generalizada na produção especificamente capitalista, a fim de compreender a dinâmica da exploração da força de trabalho intrínseca a esse modo de produção quando ela adentra ao mercado.

### 2.3 MERCADORIA E PRODUÇÃO MERCANTIL

Já vimos que a mercadoria existia previamente ao estabelecimento do MDPC como dominante, mas é nesse modo de produção que ela se universaliza.

Outrossim, o capitalismo é um modo de produção baseado na produção generalizada de mercadorias em que tudo tende a se tornar mercantilizável e adquirir um preço para ser trocado, inclusive aspectos não palpáveis como a educação, o lazer, a saúde e a própria força de trabalho, sendo posta a possibilidade de mercantilizar as relações sociais. Por isso, é importante detalhá-la e caracterizá-la para entender a sua real profundidade para a sociabilidade burguesa e acumulação de capital.

Nessa perspectiva, se olharmos ao redor, veremos mercadorias por todos os lados. O celular o qual nos comunicamos, a cadeira que sentamos, o livro que lemos, a comida que mata nossa fome e desejos alimentares, a roupa que vestimos e nos aquece, a janela da casa que permite a entrada de ar e sol, e até mesmo a energia elétrica que mantém os eletrodomésticos funcionando. É difícil – e até mesmo quase impossível – achar algo que não seja mercantilizável, seja ela algo palpável ou não na sociedade em que vivemos. Para Woods (2001, p. 78), “praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado”.

O ser humano depende da criação de valores de uso para a sua sobrevivência, sem trabalhar, em seu sentido mais puro, ele não se reproduz. Assim, toda interação entre ele e a natureza com o fim de satisfazer alguma necessidade gera um valor de uso, “a natureza dessas necessidades, se elas originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (Marx, 1988, p. 45). Desse modo, se um homem necessita de uma cadeira, por exemplo, e a produz para satisfazer essa necessidade, ele está produzindo um valor de uso.

Todavia essa cadeira não foi produzida para troca e, sim, para o autoconsumo, não sendo considerada ainda uma mercadoria. Mas, se alguém se interessa por essa cadeira e realiza uma relação de troca com o produtor direto, ela passará a ser uma mercadoria. Conforme Salama e Valier (1978, p. 16), “assim qualquer produto não será uma mercadoria, só porque é útil. É preciso que, além dessa característica, existam outras (venda num mercado e reprodução)”. Dessa forma, para ser uma mercadoria, um determinado produto que tem valor de uso precisa servir a outrem e ser transferida pela troca, fazendo-a possuir uma dualidade simultânea de valor de uso e valor de troca, expressando o seu caráter qualitativo e quantitativo, respectivamente.

Ademais, segundo Netto e Braz (2012),

a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção – sem ambas, produzem-se bens, valores de uso, mas não há produção mercantil (produção de mercadorias) (Netto; Braz, 2012, p. 93).

Nesse sentido, a divisão social do trabalho<sup>5</sup> é parte constitutiva da produção mercantil, fato que só ocorre com o fim da comunidade primitiva, como vimos, de forma a fazer com que os homens desempenhem funções diferentes e acelerem a produção, permitindo, assim, a produção generalizada para a troca. Além disso, esse produto precisa pertencer a alguém, dessa forma, é necessário que os meios de produção possuam uma propriedade, pois só é possível comprar ou vender algo se alguém o detém, o que só é viável por meio da propriedade privada dos meios de produção que, no capitalismo, pertence à burguesia. Se ela fosse comum, o resultado da interação entre homem e natureza também seria comum a todos e não haveria a necessidade da compra e venda dos produtos.

Vimos que o desenvolvimento da divisão social do trabalho é progressivo na sociabilidade humana e vai aumentando conforme o avanço dos estágios da sociedade, seguidos do desenvolvimento das forças produtivas e consequente incremento da produtividade que antes impediam uma produção generalizada de mercadorias. No capitalismo, para Falcon e Moura (1986), a introdução da máquina acentua a divisão do trabalho e permite o aumento da produção, possibilitando, assim, que os produtos tenham a capacidade de serem reproduzidos e vendidos no mercado visto que a produção inteiramente manual esbarra na problemática dos limites fisiológicos do ser humano. Assim como colocam os autores,

a divisão e a especialização do trabalho vão permitir então que, com a introdução da máquina, seja possível resolver o problema. De fato, a máquina multiplica a produtividade da mão-de-obra, pois é possível agora ao mesmo trabalhador executar, com o auxílio dela, tarefas que antes demandariam muitas horas e dias de trabalho ou muitos trabalhadores (Falcon; Moura, 1986, p. 25).

---

<sup>5</sup> “A produção de mercadorias pressupõe uma intensa divisão social do trabalho, em que os distintos trabalhos concretos são realizados por diversos produtores individuais atomizados, constituindo-se, portanto, como condição que impulsiona as trocas entre distintos produtos. Na produção capitalista, as relações de troca entre as mercadorias tornam-se um fator intensificador da divisão social do trabalho precedente, que já se desenvolvia nas antigas corporações de ofícios. As relações de trocas entre as mercadorias desencadeiam o necessário desenvolvimento da divisão social do trabalho especificamente fundada pela diversidade do ‘trabalho humano em geral’” (Barradas, 2014, p. 48).

Como as mercadorias são produzidas para serem comercializadas, elas precisam possuir um valor quantitativo como referencial para a efetivação da troca. Logo, conforme a teoria marxista, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção dessa; isso quer dizer o tempo social médio que ela demora a ser produzida, independente do trabalho individual de um proletário ou outro. Nessa ótica, em consonância a Salama e Valier (1978),

é por isso que se diz que o tempo de trabalho que mede o valor-de-troca não é o tempo de trabalho efectivamente gasto em cada empresa, mas um tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, um tempo de trabalho médio, tendo em conta as condições técnicas médias da época (Salama; Valier, (1978, p. 20).

Seguindo uma lógica, esse tempo se modifica com a mudança das forças produtivas. Uma maior força produtiva resulta em um menor tempo para a produção, e, por fim, em um menor preço, bem como ao contrário. Dessa maneira, pode-se apontar que, no pré-capitalismo, as mercadorias demoravam muito mais para serem produzidas do que no MDPC. Por conseguinte, a industrialização também age diretamente sobre esse valor, pois acelera muito o processo de produtividade, favorecendo o capitalismo como um modo de produção baseado nas mercadorias.

Isso significa que as mercadorias também podem possuir o mesmo valor de troca. Conforme Marx (1988, p. 47), “uma espécie de mercadoria é tão boa quanto a outra se o seu valor de troca for igual. Pois não existe nenhuma diferença ou distinção entre coisas de valor de troca igual”. Assim, mercadorias produzidas no mesmo tempo socialmente necessário terão o mesmo valor quantitativo, haja vista que objetificam o mesmo valor de troca, enquanto uma mercadoria que possuir um maior tempo terá um valor de troca maior e, conseqüentemente, se demorar menos para ser produzida, um menor valor.

Abrimos esse capítulo demonstrando que, para haver um processo de trabalho, eram necessários meios de produção e força de trabalho. Desse modo, isso quer dizer que no valor dessa mercadoria estão contidas essas duas forças que, de acordo com a teoria do valor-trabalho de Marx, são denominadas: capital constante<sup>6</sup> e o capital variável<sup>7</sup>. Nesse contexto, o capital constante representa os

---

<sup>6</sup> “Capital constante” também é chamado de capital morto.

<sup>7</sup> “Capital variável” também é chamado de capital vivo.

meios de produção: a maquinaria, ferramentas, instrumentos que são utilizados; é constante, pois seu valor não se altera e apenas é repassado e transmitido às mercadorias, reaparecendo nelas. Por outro lado, o capital que cria valor é o capital variável, sendo a força de trabalho em ação exercida pelo produtor direto que cria o excedente econômico apropriado. Logo, conforme Marx (1988),

as mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável (Marx, 1988, p. 171).

Agora, podemos distinguir os dois modos de produzir mercadorias, antes e após o capitalismo, visto que, quando tratamos de produção mercantil, temos a produção mercantil simples, característica dos modos de produção precedentes ao capitalismo, e a produção mercantil especificamente capitalista.

O capital como se conhece surgiu no século XVI, sendo fruto da circulação de mercadorias, todavia, como afirma Marx (1988, p. 125), “dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação”. Se o dinheiro é apenas trocado por outra mercadoria, temos uma forma de circulação simples, que não se multiplica e, portanto, não se caracteriza como capital.

A produção mercantil simples “assentava-se em dois pilares: o trabalho pessoal e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção” (Netto; Braz, 2012, p. 94). Sendo assim, o produtor direto não era alienado do processo produtivo, pois era o detentor dos meios de produção e normalmente passava a mercadoria diretamente ao consumidor, sem relações de exploração inicialmente. Logo no início, a mercadoria era trocada diretamente por outra mercadoria que os dois produtores diretos necessitavam:

$$M \rightarrow M$$

(Mercadoria → Mercadoria)

Com o surgimento do dinheiro, ele passa a intermediar a troca entre duas mercadorias. Sua fórmula característica é:

$$M \rightarrow D \rightarrow M$$

(Mercadoria → Dinheiro → Outra mercadoria)

Com a demonstração dessa última fórmula, tem-se a operação que se restringe a vender para comprar. Assim, o produtor direto vendia sua mercadoria com o fim de comprar outra mercadoria da qual carecia para seu consumo e o dinheiro apenas servia como intermediário do processo, não ficando na posse do produtor/artesão. Aqui, a divisão social do trabalho baseava-se num esquema de cooperação simples, sendo característica das corporações artesanais. Nela, cada trabalhador, de forma individual, realiza todas as etapas da produção de uma mercadoria, sem o incremento de artefatos tecnológicos.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento do comércio e mercados, surge a presença de um intermediário entre o produtor e o consumidor, o comerciante, complexificando a circulação das mercadorias. Nesse momento, o objetivo do comerciante era comprar mercadorias que pudessem ser vendidas por um preço maior, objetivando o lucro. A fórmula se altera para:

$$D \rightarrow M \rightarrow D+$$

(Dinheiro  $\rightarrow$  Mercadoria  $\rightarrow$  Dinheiro acrescido)

Nessa ótica, o lucro do comerciante processava-se entre o que ele pagava e vendia da mercadoria intermediada. Resume-se em comprar para vender, em que sua primeira fase é a compra e a segunda é a venda e, no final, seus extremos vão ser a troca de dinheiro por dinheiro. Nesse momento, esses comerciantes começaram a acumular dinheiro proveniente das vendas dando início à burguesia nascente, conforme Netto e Braz (2012, p. 95): “[...] a futura burguesia terá origem entre os grupos mercantis cujas fortunas cresceram enormemente nos séculos XV e XVI”. Logo, nota-se o início da transição para o que virá a ser a produção mercantil capitalista no século XVIII.

Aliado a isso, a produção manufatureira corroborava com essa dinâmica, pois na manufatura as etapas da produção passam a ser executadas por diferentes indivíduos, acentuando a divisão social do trabalho e gerando a especialização. Agora, cada indivíduo tinha atribuições distintas na produção da mercadoria. Com isso, há um incremento da produtividade, mesmo que a produção ainda dependa do trabalho individual e tenha aspectos artesanais. Nesse sentido, a manufatura reúne muitos trabalhadores comandados por um só líder e aumenta o estranhamento e

falta de consciência dos trabalhadores sobre o processo produtivo, aspecto fundamental para a subordinação ao capital.

Finalmente chegando à produção mercantil capitalista, temos a fórmula:

$$D \rightarrow M \rightarrow D'$$

(Dinheiro → Mercadoria → Dinheiro acrescido)

A diferença desse dinheiro acrescido nas duas fórmulas é que, nessa, ele não provém da esfera da circulação, não é um lucro proveniente da diferença entre compra e venda da mercadoria; assenta-se, portanto, na exploração da força de trabalho no momento de produção dessa mercadoria, pois, aqui, a propriedade dos meios de produção não pertence mais ao produtor direto, mas, sim, ao capitalista que compra a força de trabalho do produtor direto necessária para produzir a mercadoria juntamente aos meios de produção que lhe pertencem. Sendo assim, a possibilidade da compra e venda da força de trabalho é uma característica especificamente capitalista.

Conforme Netto e Braz (2012),

a produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de capital), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho – o proletário (ou operário) (Netto; Braz, 2012, p. 97).

No final do processo, mais dinheiro vai ser retirado de circulação do que foi previamente lançado, transformando a fórmula em  $D - M - D'$ , sendo a soma do dinheiro adiantado acrescido de um incremento, o excedente sobre o valor original que a força de trabalho tem a capacidade de produzir, sendo chamada de MV (foco da próxima subseção), valorizando o dinheiro e o transformando em capital – dinheiro que gera mais dinheiro.

Tendo isso em vista, a produção industrial, diferentemente da produção manufatureira que é baseada na capacidade do homem, é pautada nos meios de produção, sendo a que mais beneficia a produção capitalista. A máquina é a essência e ponto de partida, dominando toda a dinâmica de produção, inclusive os próprios homens que passam a operar parcialmente e à mercê dela, sendo, muitas vezes, substituídos. Ela é a mais corroborativa para o modo capitalista de produção, impulsionando a acumulação e aumentando a exploração à medida em que permite

uma produtividade de mercadorias muito além do vivenciado antes da introdução maquinária.

Seguindo essa perspectiva, o capitalismo, para Saad Filho (2003), possui três características principais: a produção generalizada de mercadorias; a produção para o lucro; e o trabalho assalariado. Esses três fatores, por conseguinte, não dominavam no pré-capitalismo, pois ainda não havia um desenvolvimento mercantil ao ponto da necessidade da produção generalizada de mercadorias, principalmente com foco no gerar mais dinheiro, bem como a força de trabalho do produtor direto ainda não havia ingressado no mercado podendo ser comprada por um salário.

Concluimos, então, que a constituição da classe trabalhadora – separando de um lado vendedores de força de trabalho e do outro compradores de força de trabalho e de meios de produção – permite a produção mercantil capitalista e generalização da mercadoria, pois a possibilidade de explorar a força de trabalho alheia não paga e distribuir a riqueza para a classe não produtora gera um excedente econômico denominado MV. Sem essa dinâmica, não haveria produção especificamente capitalista, e é sobre ela que iremos nos ater agora: a exploração da força de trabalho e a produção de MV.

#### 2.4 MAIS-VALIA: EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA

A riqueza capitalista, como vimos, está assentada na exploração da força de trabalho assalariada, ocorrendo no MDPC da mesma forma desde a gênese do capitalismo. Afinal, a exploração da classe trabalhadora é a essência dessa forma de organização da produção. Desse modo, a força de trabalho humana, dentro da sociedade burguesa, tem a capacidade de produzir mais do que ela previamente custou, a denominada MV, sendo esse processo o foco desse subtópico.

A partir do momento em que se tem em um polo detentores dos meios de produção e compradores de força de trabalho, e, no outro, vendedores de força de trabalho como única alternativa de sobrevivência possível, “quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, está posta a possibilidade de mercantilizar o conjunto das relações sociais” (Netto; Braz, 2012, p. 98). Logo, a força de trabalho torna-se também uma mercadoria no MDPC e adquire um valor de troca que, superficialmente à sua real essência, é o salário que o trabalhador recebe do capitalista.

Mediante a lógica do capital, o trabalhador precisa vender a sua própria força de trabalho pelo preço de um salário para garantir os meios necessários à sobrevivência, pois quase tudo é mercantilizado no capitalismo e sem dinheiro não há como viver (ou sobreviver), além do fato de que possuir somente a sua própria força de trabalho não serve de muito sem o livre acesso aos meios de produção.

Assim, o contrato de trabalho assinado pelo produtor e pelo apropriador passa uma falsa impressão de liberdade, igualdade e autonomia os tratando como sujeitos juridicamente livres e iguais. Entretanto, a realidade é mascarada pela ideologia burguesa, pois esse processo ocorre à medida que o trabalhador perde cada vez mais o controle dos meios de produção e se aliena do processo produtivo, tornando-se, dessa maneira, preso na relação social capitalista de assalariamento que necessita para garantir a sua subsistência.

O burguês, mediante a produção mercantil capitalista, se torna detentor tanto dos meios de produção quanto da força de trabalho no momento em que ele a compra no mercado. Porém, é evidente que a força de trabalho – como mercadoria – adquire um caráter diferenciado no MDPC, pois gera valor e produz toda a riqueza social: tudo o que o trabalhador produz pertence ao capitalista, gerando um eterno antagonismo entre capital e trabalho representados, simultaneamente, pela burguesia e pelo proletariado. Segundo Marx (1988, p. 170),

é portanto um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor, um dom natural que nada custa ao trabalhador mas que rende muito ao capitalista, a conservação do valor preexistente do capital (Marx, 1988, p. 170).

Sendo a força de trabalho assalariada também uma mercadoria no MDPC, ela precisa ter um valor. Destarte, se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de tempo social médio para sua produção, a mercadoria força de trabalho tem como pressuposto o valor dos bens necessários para a reprodução do trabalhador e sua família e, por conseguinte, reprodução da força de trabalho. Salama e Valier (1978, p. 49) separam, por exemplo, essas necessidades em dois polos: 1) as necessidades físicas do trabalhador, que precisa de alimentação, vestuário, moradia, saúde mínima para viver e repor o desgaste de sua força de trabalho empenhado na produção, sendo o elemento fisiológico; e 2) o elemento histórico-moral, que são bens que vão sendo incorporados na necessidade de reprodução da força de trabalho conforme desenvolvimento da sociedade burguesa

como, por exemplo, a máquina de lavar roupa antes de sua popularização, a televisão que antes não fazia parte do cotidiano da classe trabalhadora, bem como as férias que permitem um descanso e recuperação da força de trabalho.

Contudo, o trabalhador recebe o valor da força de trabalho representada pelo seu preço, refletido no salário. Para Salama e Valier (1978, p.50), “o salário define-se como a expressão monetária do valor da força de trabalho: é o seu preço”. Assim, todos os elementos como as necessidades físicas de restauração da força de trabalho e as necessidades morais frutos do desenvolvimento da sociabilidade burguesa são objetivadas no salário pago ao trabalhador assalariado.

No entanto, de acordo com a ideologia burguesa, o salário reflete a remuneração do trabalhador pelo seu trabalho executado. Mas, na realidade vivenciada por todos os trabalhadores assalariados no mundo, ao final do processo produtivo, o trabalhador está recebendo apenas por parte do tempo em que ficou a serviço do capitalista, trabalhando por mais tempo do que efetivamente recebeu, pois o excedente econômico apropriado é obtido justamente no período após a produção do necessário para a reprodução de sua força de trabalho e consequente salário, configurando a exploração.

Quando o capitalista compra, por sua vez, a força de trabalho disponível no mercado de um trabalhador, ele tem direito de utilizá-la pelo tempo que puder de uma jornada de trabalho completa, o tempo em que o trabalhador está à serviço do capitalista. Todavia, a jornada de trabalho é dividida em dois tempos: o tempo de trabalho necessário, ou seja, quando o trabalhador produzirá o equivalente a seu salário, pagando por sua força de trabalho e pelas condições necessárias para sua reprodução, e o tempo de trabalho excedente, isto é, quando ele continuará trabalhando e produzirá o que virá a ser apropriado pelo capitalista, a MV, não recebendo por esse dispêndio de força de trabalho.

Assim, há o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, e o mais-trabalho ou trabalho excedente. Conforme Sweezy (1986, p. 61), “nas condições da produção capitalista, o produto do trabalho necessário retorna ao trabalhador na forma de salários, ao passo que o produto do trabalho excedente fica em poder do capitalista, na forma de mais-valia”. Nessa perspectiva, é o trabalho excedente que produz o mais-valor e gera a riqueza capitalista e, portanto, é durante o tempo de trabalho excedente que o trabalhador está sendo explorado por um dispêndio que não será repostos.

Atrelado a isso, Marx (1988, p. 144) diz que “o processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia”. Dessa forma, ao vender sua força de trabalho e colocá-la a serviço do capitalista, o proletariado está automaticamente enriquecendo a burguesia que tem nas mãos todas as ferramentas necessárias para se apropriar da riqueza social produzida e se manter como classe dominante.

Tem-se, nesse contexto, a confirmação da relevância da força de trabalho para a perpetuação do modo de produção capitalista. Assim, a riqueza da produção mercantil especificamente capitalista não está no vender mais caro, não está na esfera da circulação das mercadorias quando elas adentram no mercado. A riqueza capitalista está assentada na esfera da produção da mercadoria, quando a força de trabalho em ação está sendo explorada e produzindo por mais tempo do que irá ser reposta. De acordo com Netto e Braz (2012),

[...] a produção mercantil capitalista, à diferença da produção mercantil simples, assenta na exploração da força de trabalho, que o capitalista compra mediante o salário. Os ganhos (lucros) do capitalista [...] não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho – reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista (Netto; Braz, 2012, p. 96),

A força de trabalho torna-se a única mercadoria capaz de valorizar valor criando um valor superior ao seu custo durante o tempo de trabalho excedente: a MV. Conforme Salama e Valier (1978, p. 59), “a mais-valia é, pois, a diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o que custou essa força de trabalho”. Assim, tempo de trabalho excedente maior representa mais valor criado, logo, é favorável ao capital a sua extensão com o fim de maximizar a MV produzida.

O capital é criativo e são diversas as maneiras em que ele consegue o feito de aumentar a MV expropriada ao longo do desenvolvimento capitalista como, por exemplo: o aumento da intensidade da produção; o prolongamento da jornada de trabalho; um maior controle sobre o processo produtivo, evitando desperdícios de meios de produção e de tempo e, por conseguinte, aumentando a vigilância sobre a classe trabalhadora; e o desenvolvimento das forças produtivas que aumentarão a produtividade, sendo possível produzir mais em menos tempo ou com menos trabalhadores. Assim, todas essas formas aumentam a produção da MV e, por consequência, aumentam a exploração.

Dessa maneira, a exploração de uma classe pela outra não é exclusividade da sociedade burguesa, mas “o que é específico ao capitalismo é, portanto, não o fato da exploração de uma parte da população pela outra, mas a forma que essa exploração assume, ou seja, a produção da mais-valia” (Sweezy, 1986, p. 61). Nessa ótica, o mais-valor gerado através da exploração da força de trabalho do assalariado mediante o não pagamento do trabalho realizado durante o tempo de trabalho excedente pode, conforme a teoria de Marx, ser diferenciado de duas formas: a MV absoluta e a MV relativa. Segundo Marx (1988),

a mais valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (Marx, 1988, p. 251).

Tendo isso em vista, a MV absoluta é produzida quando há um prolongamento da jornada de trabalho real, que acarreta, conseqüentemente, em mais trabalho sendo realizado e, por fim, mais MV produzida para o capitalista, de forma a aumentar o tempo de trabalho excedente sem alterar o salário pago ao trabalhador assalariado. Em acréscimo, Netto e Braz (2012, p. 121) explicam a MV absoluta da seguinte forma:

[...] Aumentando-se a duração da jornada (dez, doze, catorze horas etc.), conserva-se a mesma duração do tempo de trabalho necessário e se acresce o tempo de trabalho excedente. [...] jornada mais longa significa mais trabalho excedente (Netto; Braz, 2012, p. 121).

Já a MV relativa é decorrente de um encurtamento do tempo de trabalho necessário, isto é, o tempo de trabalho que o trabalhador produz o seu próprio salário. Dessa forma, o tempo de trabalho excedente será aumentado sem a necessidade de prolongamento da jornada de trabalho geral. Nesse sentido, esse processo é facilitado com o progressivo desenvolvimento das forças produtivas no MDPC, pois, assim, os bens necessários à reprodução da força de trabalho serão barateados no mercado, diminuindo o tempo de trabalho que ele precisará para pagar o seu salário. A esse respeito, Netto e Braz (2012) argumentam que

a redução do tempo de trabalho necessário implica que se reduza o valor da força de trabalho, ou seja, que caia o valor dos bens necessários à sua reprodução (alimentação, vestuário, habitação etc.); esse resultado se obtém com a redução do tempo de trabalho necessário à produção dos bens consumidos pelos trabalhadores, mediante a introdução de inovações

tecnológicas e o aproveitamento das conquistas científicas na sua elaboração. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, potenciando a produtividade do trabalho, contribui para o aumento do tempo de trabalho excedente sem ampliação da jornada – e contribui, pois, para o acréscimo do excedente apropriado pelo capitalista (Netto; Braz, 2012, p. 122).

Nesse contexto, tem-se as duas formas de MV existentes na sociedade burguesa. Entretanto, a primeira forma citada e também a primeira que existiu – a MV absoluta – esbarra com os limites físicos e fisiológicos do proletariado, pois uma hora o desgaste da força de trabalho necessita ser repostado impedindo uma contínua ampliação da jornada de trabalho completa, bem como dificulta a adesão da classe trabalhadora sem protestos. Assim, a MV absoluta foi de grande importância para o desenvolvimento do capital em seus primeiros anos, pois em meio à Primeira Revolução Industrial, no segundo momento do MDPC com o capitalismo concorrencial-industrial, o comum eram jornadas de trabalho extremamente extensas, baixos salários e ausência de garantias trabalhistas, como também emprego de mulheres e crianças nas fábricas.

Todavia, com o progressivo desenvolvimento das forças produtivas, da divisão social do trabalho e, conseqüente emprego da maquinaria, foi propiciado um aumento da produtividade que permitiu a presença da MV relativa, diminuindo, desse modo, somente o tempo de trabalho necessário e o valor da reprodução da força de trabalho.

Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013) afirmam que,

[...] independentemente de haver limitações naturais ou sociais à extensão do tempo de trabalho excedente via dilatação da jornada de trabalho, o tempo de trabalho excedente, em uma jornada de trabalho dada, pode ser ampliado em decorrência da elevação da produtividade do trabalho empregado pela maquinaria (Nascimento; Dillenburg; Sobral, 2013, p. 106).

Desse modo, pode-se dizer que há uma linha cronológica da passagem da MV absoluta à MV relativa, assim como do produto à mercadoria e do dinheiro ao capital. Porém, ambas as formas de extração de MV são possibilidades para o capital subordinar o trabalho e no MDPC atual devido ao alto desenvolvimento das forças produtivas e industrialização. Outrossim, a MV relativa prevalece, principalmente, nos países de economias dominantes e centrais, mas, elas podem coexistir e não se anulam; a junção das duas é, portanto, mais uma estratégia capitalista de aumentar cada vez mais a taxa de MV.

A Taxa de Mais-valia (TMV) é, com efeito, a relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. Sendo assim, entende-se a TMV como a taxa de exploração do trabalho assalariado pelo capital, pois ela confirma o grau da exploração ao analisar a magnitude de tempo em que o trabalhador não trabalhou para si, mas sim para o enriquecimento do capitalista. Assim sendo, conforme Marx (1988, p.177), “a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”. A fórmula da TMV pode ser assim representada:

$$TMV = \frac{MV}{CV}$$

O objetivo capitalista sempre vai ser perseguir uma TMV maior, haja vista isso significar mais riqueza produzida apropriada pela classe não produtora. “Então, quanto maior o mais-trabalho – ou o tempo de trabalho excedente –, em relação ao tempo de trabalho necessário, maior o grau de exploração da força de trabalho.” (Lopes, 2013, p. 127). Isso significa dizer que o objetivo capitalista é, também, explorar cada vez mais a força de trabalho do proletariado à medida que aumenta a produção de mais-valia.

Entretanto, no modo de produção capitalista, a magnitude dessa exploração não é percebida pelos trabalhadores devido à ideologia burguesa de que o salário paga pelo trabalho executado. Os escravos eram chicoteados e obrigados a trabalhar; os servos morriam de fome e sem proteção se não produzissem e pagassem os tributos aos senhores feudais, mas, “no caso do trabalhador assalariado, o excedente lhe é extraído sem o recurso a violência extra-econômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista” (Netto; Braz, 2012, p. 120).

Tudo isso dificulta a percepção do trabalhador assalariado em compreender a magnitude da exploração a que está submetido e que o seu tempo de trabalho é uma ferramenta enriquecedora nas mãos do seu comprador, mesmo o intuito do capitalista sendo sempre aumentar o grau de exploração da força de trabalho, a magnitude da TMV. Segundo Sweezy (1986),

a grandeza da taxa da mais-valia é determinada diretamente por três fatores: a extensão do dia de trabalho, a quantidade de mercadorias que participam do salário real e a produtividade do trabalho [...]. A taxa de

mais-valia pode ser elevada por uma extensão do dia de trabalho, ou pela redução do salário real, ou por um aumento da produtividade do trabalho ou, finalmente, por uma combinação dos três movimentos. No caso de um aumento na extensão do dia de trabalho, Marx fala da produção de uma mais-valia absoluta, ao passo que a redução do salário real ou o aumento da produtividade, levando à redução do trabalho necessário, resulta na produção da mais-valia relativa (Sweezy, 1986, p. 63).

Diante do exposto, o estudo dos elementos vistos ao longo desse capítulo nos propiciou entender a gênese histórica do modo de produção capitalista e a constituição da classe trabalhadora e da classe capitalista, bem como a generalização da mercadoria e do capital. Chegamos ao objetivo perseguido do capitalismo: a produção da MV, o trabalho alheio não pago, através dos mecanismos necessários que permitem a expropriação e exploração da classe trabalhadora, concluindo que ela é inerente a qualquer sociedade capitalista disfarçada numa ideologia burguesa de liberdade e igualdade. No próximo capítulo, iremos estudar como a dinâmica de acumulação de capital traz consequências diretas à classe explorada e correlaciona a riqueza produzida à pobreza, levando à tendência de intensificação da exploração e precarização da força de trabalho.

### 3 OPULÊNCIA DE UM É A PENÚRIA DE VÁRIOS

O presente estudo nos torna possível compreender que o capital não existiria sem o trabalho e os ricos não existiriam sem os pobres. Nesse sentido, a realidade capitalista, assim, obriga que muitos necessitam ser desapossados, para que poucos tenham posse. Com isso, a classe trabalhadora percebe-se em uma eterna situação de vulnerabilidade quando vê seu tempo de vida sendo furtado sem a correspondente remuneração, e a riqueza que sua força de trabalho tem a capacidade de produzir sendo distribuída para a classe não produtora.

Aliado a isso, já vimos que a essência do modo de produção capitalista é produzir MV mediante a exploração da força de trabalho assalariada. Diante disso, o ponto em que ainda não nos debruçamos remete ao progressivo desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente industrialização no capitalismo, visto que ela aumenta a busca pela maquinaria, inovação e tecnologia, e diminui a busca pela força de trabalho assalariada, deixando sempre parte da classe trabalhadora desempregada.

A concorrência entre os próprios capitalistas faz com que eles busquem aumentar sua MV produzida em um ciclo do capital e, para isso, investem na produtividade, aumentando a concentração e centralização de capital. Isso é visto com bastante força no capitalismo contemporâneo, em sua fase monopolista, quando modelos produtivos como o taylorismo/fordismo e, principalmente, o toyotismo são universalizados, representando um grande avanço técnico-científico e uma menor necessidade de trabalhadores, refletindo, além do desemprego, o acirramento da precarização do trabalho como uma alternativa do capital de intensificar a exploração da classe trabalhadora.

Neste capítulo, daremos atenção ao processo de reprodução do capital e as suas conseqüências para o proletariado como classe explorada no MDPC, entendendo sua eterna condição de condenação enquanto houver a perpetuação da sociedade burguesa – conjuntura comprovada e elucidada por Karl Marx – na lei geral de acumulação capitalista, que correlaciona a riqueza produzida à pobreza, dando atenção ao incremento da produtividade nos novos modelos produtivos baseados na precarização do trabalho e novas formas de exacerbação da extração de MV de forma a mostrar como a essência do capitalismo se adapta e atua na contemporaneidade. Nessa ótica, entender as categorias da acumulação,

exploração e precarização do trabalho se mostram necessárias para a área do Serviço Social visto que lidará com a realidade da desigualdade social inerente à essa sociedade que mantém a penúria da classe trabalhadora como parte de sua essência.

### 3.1 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E INCREMENTO DA PRODUTIVIDADE

É sabido que acumular algo significa concentrar e centralizar cada vez mais riqueza. Nesse sentido, Marx (1988, p. 129) já sinalizava para a importância do movimento de acúmulo de capital no modo de produção capitalista, destacando que a ganância pela maximização e pela valorização prevalece: “o valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento de ganho”. Logo, o acúmulo de capital é o propósito-mor do MDPC e o responsável por todas as suas características indissociáveis e inerentes.

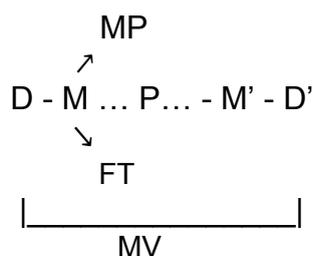
Todo processo de produção também é processo de reprodução e assim ocorreu em todas as formas de organização econômica das sociedades, garantindo o seu prosseguimento por fases semelhantes. Entretanto, a produção capitalista possui especificidades de modo a garantir a plena acumulação de capital e, dessa maneira, a continuidade desse modo de produção. Como afirmam Netto e Braz (2012),

a forma histórica da produção é também a forma da sua reprodução: a produção capitalista determina a forma capitalista da sua reprodução – o MPC particulariza-se historicamente por uma reprodução peculiar, que se torna compreensível quando se leva em conta a acumulação de capital. Sem acumulação de capital, o MPC não existiria (Netto; Braz, 2012, p. 138).

Outrossim, quando falamos de reprodução dentro do modo de produção capitalista, devemos considerar as especificidades que visam garantir o objetivo principal desse modo de produção e a dividimos, então, em reprodução simples e reprodução ampliada de capital.

Com todas as bases do MDPC já estabelecidas, como vimos, o processo de produção da mercadoria e movimento do capital ocorre quando o capitalista – em posse de dinheiro – adianta a compra das mercadorias força de trabalho e dos meios de produção para produzir uma nova mercadoria, que quando partir à fase de circulação e for realizada, ou seja, comprada no mercado, gerará mais dinheiro ao

capitalista do que ele previamente investiu, configurando, nesse sentido, a MV. Esse esquema pode ser observado logo abaixo:



Por conseguinte, a acumulação de capital se inicia e termina em forma monetária, pois o dinheiro adiantado pelo capitalista (D) no processo produtivo retorna para ele adicionado de um acréscimo de valor (D') – a MV – finalizando o ciclo daquele capital em dois momentos: a produção e a circulação da mercadoria. No primeiro momento, a mercadoria é produzida mediante a ação da força de trabalho e dos meios de produção adquiridos com o capital adiantado fornecido pelo capitalista. No momento seguinte, da circulação, o produto entra no mercado e finalmente é realizado e metamorfoseado em dinheiro, finalizando, assim, o ciclo desse capital e fornecendo todas as bases necessárias à reprodução de todo esse processo continuamente.

Destarte, esse processo como um todo, desde o dinheiro adiantado pelo capitalista até o dinheiro acrescido apropriado, constituindo os dois momentos, representa um ciclo do capital completo. Para Netto e Braz (2012, p. 142), “o tempo de rotação de um dado capital é igual à soma de seu tempo de circulação e de seu tempo de produção”. Dessa forma, somente após a realização da produção e da circulação é que se tem as bases necessárias para a realização de um novo ciclo.

Até o presente momento, compreendemos que o ponto chave da acumulação capitalista está assentado na exploração da força de trabalho. A produção da MV que a classe trabalhadora efetiva dá a classe capitalista a possibilidade de se apropriar desse excedente econômico. Contudo, se o capitalista gastasse para o seu próprio consumo, improdutivamente, toda a MV gerada, estaríamos diante de uma reprodução simples, não permitindo, portanto, que o dinheiro previamente investido

por ele aumentasse e produzisse mais capital. Para Sweezy (1986, p. 71), por exemplo, “a reprodução simples refere-se a um sistema capitalista que preserva indefinidamente o mesmo tamanho e as mesmas proporções entre as suas várias partes”.

Assim sendo, a reprodução capitalista que nos interessa é a reprodução ampliada de capital. Nela, o capitalista – ao explorar a força de trabalho e ter acesso à MV extraída – utiliza parte dela para ser reinvestida no processo produtivo, e não improdutivamente em sua totalidade. Isso permite que o montante de capital aumente progressivamente objetivando, assim, a acumulação de capital. Dessa maneira, a acumulação depende da exploração da força de trabalho e, tudo que a aumenta, aumenta por consequência a MV e a acumulação. Aliado a isso, conforme Netto e Braz (2012, p. 140), “quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação”.

Nessa perspectiva, a reprodução simples de capital se mostra insuficiente para o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista à proporção que não permite com que os ciclos do capital – produção e circulação – promovam um maior aproveitamento da MV socialmente produzida e reflitam em uma maximização do capital, precisando haver um reinvestimento no ciclo seguinte. De acordo com Sweezy (1986),

a conclusão inevitável é que a Reprodução Simples encerra uma abstração do que é mais essencial no capitalista, ou seja, sua preocupação em aumentar o capital. Ele realiza isso convertendo uma parte — frequentemente, a maior — de sua mais-valia em capital adicional. Esse capital aumentado possibilita, então, que ele se aproprie de ainda mais-valia que ele por sua vez transforma em novo capital adicional, e assim por diante. Esse processo é conhecido como acumulação de capital e constitui a força motora do desenvolvimento capitalista (Sweezy, 1986, p. 74).

O capitalista, ao final de um processo produtivo, tem mais dinheiro do que lançou previamente e, por consequência, condições para, além de usufruir e utilizar de uma parte para o que desejar, utilizar de outra parte para reinvestir na produção e aumentar seu capital, sempre gerando cada vez mais dinheiro. Por isso, torna-se interessante ao capitalismo o tempo em que o ciclo do capital ocorre, sendo de seu interesse reduzi-lo ao máximo para que mais rotações de capital sejam possíveis de serem realizadas.

Assim, parte da MV realizada após um tempo de rotação do capital sempre será reinvestida em uma nova rotação do capital, tanto na compra de meios de

produção quanto da força de trabalho e, por fim, tanto o dinheiro adiantado (D) pelo capitalista quanto o dinheiro acrescido (D'), recebido por ele, vão sendo progressivamente mais elevados conforme mais reinvestimentos e ciclos do capital são gerados.

Com isso, vemos que a dinâmica de produzir a riqueza social na sociedade capitalista gera a tendência de acumular e produzir cada vez mais capital. Nesse cenário, destacamos duas características presentes no MDPC que resultam da reprodução ampliada de capital: a concentração e a centralização. A concentração diz respeito ao aumento de volume de capital na sociedade, o acúmulo cada vez maior nas mãos de capitalistas. Para Netto e Braz (2012, p. 143), “cada vez mais capital é necessário para produzir mais mais-valia”. Nesse contexto, acumular é, portanto, concentrar capital.

Já a centralização concerne à tendência desse capital se acumular nas mãos de poucos, principalmente através de cartéis, *holdings* e trustes monopolizando o capital acumulado. Em consonância ao que pontuam Netto e Braz (2012, p. 143), “a centralização do capital realiza-se pela união [...] de capitais já existentes”. Assim, não é um novo ciclo que aumenta o capital devido ao reinvestimento, mas, sim, a fusão de vários capitais, centralizando esse poder.

A concentração de capital centralizada na mão de alguns resulta em cada vez mais menos indivíduos tendo acesso à riqueza socialmente produzida. É gerada sempre mais riqueza do que antes, mas há menos capitalistas a detendo. Assim, torna-se mais difícil para os pequenos capitalistas prosperarem e competirem com os grandes, muitas vezes donos de um só capital centralizado. Sendo assim, Salama e Valier (1978, p. 75) concluem que “a evolução do modo de produção capitalista implica, pois, necessariamente uma centralização e uma concentração de capital”. Isso posto, a tendência é que os grandes capitais possuam mais capital à sua disposição, podendo produzir mais e aumentar a escala de produção, engolindo os pequenos capitais ou os utilizando para o seu próprio benefício.

Dessa maneira, torna-se evidente que numa sociedade em que acumular capital mediante a exploração da força de trabalho é a viabilização da existência da classe capitalista, que capitalistas entrem numa competição com capitalistas, gerando uma característica indissociável desse modo de produção: a concorrência intercapitalista. Para se manter como capitalista, é necessário explorar, primeiramente, o trabalhador assalariado e, mediante sua MV expropriada, reinvestir

esse capital proveniente da exploração em força de trabalho e maquinaria, ferramentas, matéria prima, inovação etc. Portanto, quem explora e acumula mais capital se mantém no topo, todavia quem não acumula e expande o seu capital perde espaço.

Aliado a isso, a concorrência intercapitalista é uma disputa acirrada e extremamente estimulada. Não é opção nadar contra a maré, logo, quem não acumular, morrerá nesse mar de ambição. Nessa ótica, um “bom” capitalista acumula, expande, concentra, centraliza e explora cada vez mais. Não há capitalista humano na sociedade burguesa, pois, quem não cumprir os requisitos básicos, perde a disputa e é engolido ou excluído. Como afirma Sweezy (1986, p. 75), “o caminho do êxito e da elevação social está na acumulação, e quem se recusa a participar da corrida expõe-se ao perigo de tudo perder”.

Ademais, essa alta concorrência no mundo burguês provoca uma eterna busca de aumentar a TMV, haja vista que, quanto maior é a exploração, maior é a capacidade de acumulação. Sendo assim, é interessante diminuir o tempo de rotação de um capital, afinal mais MV precisa ser produzida para provocar um maior acúmulo de capital à custa de uma maior exploração da força de trabalho. Nesse sentido, e uma das formas mais eficazes de conseguir esse feito, de realizar mais rotações de capital e sair na frente na disputa, é através do maior investimento em inovação e tecnologia, propiciando um incremento da produtividade que permite diminuir o valor da força de trabalho. Desse modo, quem inova e consegue acelerar esse ritmo produtivo, consegue superacumular capital até que essa inovação se generalize e esteja nas mãos dos demais capitalistas.

O investimento em tecnologia, inovação, maquinaria e ferramentas se refere ao investimento no capital constante de uma mercadoria. Portanto, a busca pelo aumento do dispêndio na parte constante do capital é uma realidade de todos os capitalistas que pretendem permanecer na disputa intercapitalista. Assim, torna-se uma tendência do MDPC a busca pelo desenvolvimento dos meios de produção visando o aumento da produtividade.

Entretanto, como vimos, um maior desenvolvimento das forças produtivas permite produzir mais em menos tempo e acumular mais capital, porém diminui a demanda relativa de força humana para isso. Nessa ótica, capitalistas vão em busca de inovação, tecnologia e maquinaria, enquanto não possuem mais uma grande necessidade de investimento na força de trabalho viva.

Dessa forma, a acumulação criou todos os elementos necessários para sua contínua reprodução: reproduziu burgueses detendo os meios de produção de um lado e proletários detendo somente sua força de trabalho como única opção de mercadoria, no outro polo; reinvestiu em meios de produção e força de trabalho, desenvolvendo as forças produtivas e aumentando a classe trabalhadora, mas passou a demandar mais capital constante do que capital variável e uma consequência é imediata: o desemprego.

Visto que quem produz toda a MV da sociedade é a classe trabalhadora e a classe capitalista apenas se apropria, pois detém os meios de produção e compra a força de trabalho, torna-se extremamente contraditório que, para que a MV seja produzida e proporcione o aumento do capital, também sejam reproduzidos o antagonismo entre proletariado e burguesia. Segundo Salama e Valier (1978, p. 72), “para que a mais-valia subsista, é necessário que esta relação social se perpetue. Para se perpetuar tem de se reproduzir”. Por conseguinte, produz-se MV ao mesmo tempo que se reproduz a classe trabalhadora e todas as suas consequências inerentes de seu caráter como classe explorada.

Ademais, o reinvestimento que o capitalista precisa realizar no processo produtivo para continuar acumulando também reproduz todos os elementos do ciclo do capital, o que inclui o reinvestimento em capital variável, pois sem força de trabalho ativa não se produz. Conforme Marx (1988, p. 178), “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho”. Com isso, há um aumento da demanda de trabalho que se reflete em uma reprodução da classe trabalhadora. Logo, o autor associa a acumulação de capital à multiplicação do proletariado no seguinte trecho:

a reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação de capital é, portanto, multiplicação do proletariado (Marx, 1988, p. 178).

Assim, notamos que há procura e multiplicação da classe trabalhadora devido a acumulação, entretanto, o aumento da demanda de força de trabalho é refletido em um aumento salarial. Nesse sentido, salários mais altos representam diminuição da TMV e menos lucro para o capitalista, o que não é nada agradável para a

burguesia. Porém, contraditoriamente, foi a própria dinâmica capitalista de busca pela maximização que criou essa tendência.

Sendo assim, o capitalista tem todas as motivações para buscar de todas as formas aumentar a produção de MV mediante o aumento da exploração da força de trabalho e, dessa forma, intensificar a acumulação diminuindo, por sua vez, a duração dos ciclos do capital. Com efeito, ele faz isso tentando diminuir o salário pago ao trabalhador, prolongando a jornada de trabalho, intensificando o ritmo de produção, atacando direitos trabalhistas.

Além disso, como analisado, eles competem entre si incrementando a produtividade por meio da industrialização e investimento em tecnologia e inovação. A maquinaria, por exemplo, tem papel fundamental no MDPC, pois o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho universaliza a mais-valia relativa e aumenta a TMV. Marx (1988, p. 185), acerca da produtividade do trabalho, elucida que “[...] o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto”.

Isso significa que menos trabalhadores são necessários para agir sobre os meios de produção. Dessa maneira, a produtividade se dá no aumento da massa dos meios de produção em relação à massa da força de trabalho, cada vez mais diminuindo a parte do capital utilizada para o investimento no componente variável e aumentando a do componente constante. Associado a isso, a grande indústria faz com que a acumulação de capital não dependa mais de forma completa da habilidade de força humana que, querendo ou não, esbarra em limites fisiológicos, colocando a centralidade na máquina. Todavia, o aumento da produtividade, mesmo causando o barateamento das mercadorias e conseqüente reprodução da força de trabalho, apenas beneficia o capital e aumenta a exploração. Para Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013),

[...] o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, apesar de possibilitar a redução do valor das mercadorias, por criar condições de produzir maior número de mercadorias no mesmo período de tempo, não beneficia o proletariado, mas apenas a classe capitalista, pois aquela redução, quando ocorre em setores que produzem artigos para o consumo do proletariado, impõe uma redução permanente e proporcional – em comparação ao valor apropriado pelo capital do valor da força de trabalho (Nascimento; Dillenburg; Sobral, 2013, p. 107).

Chegamos, aqui, à explicação de uma das principais e inalienáveis tendências do capitalismo: o aumento do investimento em capital constante e a diminuição do investimento em capital variável. Isso é o que caracteriza a elevação da composição orgânica do capital que Sweezy (1986, p. 64) define como “em linguagem não técnica, [...] é uma medida da proporção na qual o trabalho é equipado com materiais, instrumentos e maquinaria no processo produtivo”. Logo, há uma grande parcela de trabalhadores não absorvida no mercado de trabalho que formam uma superpopulação relativa quanto às necessidades imediatas do capital. A composição orgânica do capital está representada a seguir:

$$q = \frac{c}{v}$$

A dinâmica capitalista atrai menos trabalhadores e deixa uma grande parcela não ocupada, enquanto aumenta os investimentos em máquinas, tecnologia e inovação. Por conseguinte, a acumulação capitalista causa uma elevação da composição orgânica do capital, aumentando a relação com que o capital constante é utilizado no processo produtivo. Assim, relacionando a acumulação ao capital constante e variável, Marx (1988) afirma que

a grandeza relativa do elemento do preço, que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalhador ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação (Marx, 1988, p. 185).

Isso se reflete em uma consequência direta e instantânea para a classe trabalhadora: o desemprego. Portanto, a partir do momento em que o capitalista tem a sua disposição um montante de força de trabalho supérflua e além das necessidades, trabalhadores que a própria acumulação capitalista produziu tornam-se inativos e sem a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, não conseguindo vender a sua força de trabalho e garantir os bens necessários à sua subsistência. Ainda conforme Marx (1988),

a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (Marx, 1988, p. 190).

Essa população desempregada é denominada pela teoria marxista de Exército Industrial de Reserva (EIR). Segundo Sweezy (1986, p. 79), “o Exército Industrial de Reserva consiste em trabalhadores desempregados que, através de sua concorrência ativa no mercado de trabalho, exercem uma pressão constante no sentido de reduzir o nível de salários”. Com efeito, o EIR compete diretamente com o exército ativo de trabalhadores, os que conseguem encontrar compradores para a sua força de trabalho. Dessa forma, ele se torna indispensável para garantir a dinâmica capitalista na sociedade burguesa, sendo função do desemprego estimular a concorrência dentro da própria classe trabalhadora ocupada e não ocupada, mantendo o nível salarial.

À medida que vários capitalistas individuais adquirem a noção de que para vencer a concorrência intercapitalista precisam investir no desenvolvimento da produtividade a partir da mecanização e baixar os salários, mais a força de trabalho se torna dispensável e o exército industrial de reserva é ampliado, aumentando o desemprego.

Esse grande contingente de trabalhadores desempregados pode ser dividido em três categorias: Flutuante, Latente e Estagnada. A primeira, Flutuante, refere-se à população que alterna entre empregada e desempregada; já a segunda, Latente, concerne aos trabalhadores das zonas rurais que, sem possibilidades, migram para as cidades; e a terceira, Estagnada, diz respeito à população que não consegue, de forma alguma, emprego fixo. Além delas, há a população marginalizada que desistiu de procurar emprego e recorre à mendicância para sobreviver. Nesse sentido, tais categorias foram descobertas por Marx em meio ao processo de industrialização na fase concorrencial-industrial do capitalismo, mas o que nos é interessante é que ainda permanecem válidas devendo ser observadas no capitalismo contemporâneo, tal como o conhecemos. Como afirma Barros (2019),

ao examinar a gênese e o desenvolvimento da superpopulação relativa, Marx a menciona em três tipos fundamentais, líquida<sup>8</sup>, latente<sup>9</sup> e

---

<sup>8</sup> “Conforme sua análise, a forma de superpopulação relativa líquida é constituída pelos trabalhadores já proletarizados, aqueles que não se encontram em tempo integral, que são temporariamente dispensados do trabalho e que procuram formas alternativas para assegurar a sua sobrevivência [...]. Esta breve síntese sobre a parcela da superpopulação relativa em sua forma líquida (ou fluente) já nos possibilita identificar traços robustos de similitude com a concretude das formas que tipicamente se apresentam no contexto da precarização do trabalho no mundo contemporâneo” (Barros, 2019, p. 34).

<sup>9</sup> “A segunda categoria de superpopulação relativa é a latente. Refere-se à parte da população trabalhadora excedente que ainda não foi proletarizada. Marx (1996) alude, de forma mais específica,

estagnada<sup>10</sup>. Sua análise é realizada tendo por base a configuração do capitalismo da segunda metade do século XIX, contudo, suas bases explicativas permanecem válidas para compreensão do desemprego e da precarização nas relações de produção nesse início de novo milênio (Barros, 2019, p. 34).

Em síntese, o processo de acumulação de capital, devido ao reinvestimento, aumenta a procura de força de trabalho, o que eleva, por sua vez, os salários. Em consequência, a TMV é reduzida e o lucro cai. Para conter esse desequilíbrio, os capitalistas individuais investem no incremento da produtividade, sendo necessário menos força de trabalho ativa para executar o mesmo número de máquinas, por exemplo, o que eleva a composição orgânica do capital, diminuindo a demanda de capital variável e aumentando a demanda por capital constante. Ao fim, esse aumento tem o poder de restaurar ou ainda de aumentar a massa de MV na sociedade burguesa ao custo da formação de um crescente EIR.

Toda essa força de trabalho não utilizada pelo mercado termina por causar o fenômeno da insegurança do emprego, pois nem todos os trabalhadores conseguirão ter a carteira de trabalho assinada ou até mesmo modalidades de trabalho precarizadas e sem garantias de direitos, as quais se mostram tão crescentes no modo de produção capitalista atualmente. Assim, fatores como gênero, idade, condições físicas afetam diretamente grande parte da população que compõe essa superpopulação relativa, tornando-os ainda mais desprivilegiados e menos esperançosos em fazer parte da população ativa no mercado. Para Salama e Valier (1978),

no modo de produção capitalista, a sorte dos trabalhadores é precária porque não são mais do que instrumento de valorização do capital. Como simples capital, só são utilizados enquanto renderem mais do que custam. A partir do momento em que já não possam cumprir esta função, os trabalhadores são inúteis para os capitalistas e têm de desaparecer do processo de produção. Não lhes resta mais do que engrossar as fileiras do exército industrial de reserva antes de desaparecerem, vítimas da lei sanguinária do capital (Salama; Valier, 1978, p. 107).

---

ao campesinato ainda não absorvido pelo trabalho assalariado. No mundo contemporâneo, essas formas assumem configurações bem mais complexas, ainda que o movimento de arregimentação violenta que arranca camponeses de suas origens para compor o proletariado em áreas rurais ou nas cidades permaneça” (Barros, 2019, p. 35).

<sup>10</sup> “Essa condição de existência de maior penúria para os trabalhadores jamais foi superada com o desenvolvimento capitalista e de suas forças produtivas. Se, durante os trinta ‘anos gloriosos’, houve alguma expectativa de, nos países centrais, ocorrer uma ultrapassagem das condições mais degradantes de vida para os trabalhadores, a realidade histórica das últimas décadas tratou de negar tal possibilidade. A existência de uma massa de trabalhadores vivendo em condições ‘muito’ abaixo da média é uma constatação cada vez mais tangível” (Barros, 2019, p. 36).

O desemprego torna-se uma alavanca do modo de produção capitalista e um meio para a classe burguesa imperar mantendo a classe trabalhadora sob “controle”. Outrossim, os trabalhadores que não servem mais aos interesses do capital e não são igualmente produtivos são descartados como objetos. Para Salama e Valier (1978, p. 112), “o desemprego e a insegurança do emprego, além de agravarem por si próprios as condições de vida dos trabalhadores, transformam-se em armas nas mãos dos capitalistas”. Nessa ótica, há uma constante concorrência entre empregados e desempregados e a disputa entre EIR e exército ativo de trabalhadores faz o que o capitalista tenha em suas mãos o poder para pressionar os salários para baixo e aumentar o seu lucro, mostrando que o EIR é um importante regulador do preço da mercadoria força de trabalho.

O EIR como especificidade do MDPC também o beneficia quando mantém um volume de força humana livre e disponível para qualquer necessidade do capital, pois pode ser mobilizado quando necessário para ocupar vagas livres, para a criação de uma nova indústria ou ramo de produção ou para a exportação de força de trabalho. Outrossim, a carência de capital vivo nunca será uma preocupação para o capitalista, havendo sempre disponibilidade.

Diante do exposto, concluímos que a criação do exército industrial de reserva é apontada como a principal consequência da acumulação de capital e, nesse sentido, depreende-se que o desenvolvimento capitalista produz o desemprego. Dessa forma, não há como imaginar uma sociedade capitalista sem a presença de um grande contingente populacional de desempregados e sem a classe trabalhadora vivenciando as consequências negativas da reprodução ampliada de capital. É a própria tendência de acumulação que multiplica, além do capital, a massa dos trabalhadores assalariados o que por sua vez, controla a força de trabalho empregada transformando-a em força-motriz com vistas à valorização do capital.

Dessa forma, a perpetuação do proletariado é uma condição para o crescimento da produção capitalista e o capital se aproveita disso em seu próprio benefício quando cria o EIR. Além disso, deve-se acrescentar que devido ao aumento da produtividade, por meio do incremento de capital constante e das inovações tecnológicas, surge um novo estágio do capitalismo, o monopolista ou imperialista, havendo um aumento significativo do índice de desemprego. Para Maranhão (2019),

a partir do novo período imperialista, a hegemonia do capital financeiro mundializado desenvolve transformações tão intensas e avanços tão violentos sobre o trabalho que alguns autores têm comparado o período atual com a etapa da acumulação primitiva ou originária (Maranhão, 2019, p. 161).

Nele, modelos de produção que exacerbaram a exploração da força de trabalho e acentuaram o fenômeno da precarização do trabalho foram universalizados, mostrando, por sua vez, que a acumulação capitalista sempre intensificará os regimes de extração de MV e criará novos mecanismos para explorar a força de trabalho, trazendo consequências imediatas para a classe trabalhadora.

### 3.2 FASE MONOPOLISTA DO CAPITALISMO E MODELOS DE ACUMULAÇÃO

Sendo precedido pelos já citados no início deste trabalho, o capitalismo comercial (séc. XVI-XVIII) e o capitalismo concorrencial-industrial (séc. XVIII-XIX), o terceiro estágio do desenvolvimento capitalista é o capitalismo monopolista, característico principalmente dos séculos XX e XXI. As mudanças ocorridas no final do século XIX, com o alto desenvolvimento da produtividade, levaram ao questionamento sobre uma “segunda revolução industrial”, assim como a primeira revolução industrial foi necessária para a consolidação do estágio concorrencial-industrial.

O capitalismo, nos últimos anos do século XIX, ingressa no estágio imperialista, em que o capital financeiro desempenha papel decisivo. Nesse estágio, chamado simplesmente de imperialismo, a forma empresarial típica será a monopolista (e, por isso, alguns autores denominam-no capitalismo monopolista), sem que ela elimine as pequenas e médias empresas; de fato, estas subsistirão e até mesmo poderão se multiplicar, mas agora inteiramente subordinada às pressões monopolistas (Netto; Braz, 2012, p.193).

Assim como se pode observar, há, na fase monopolista, um grande movimento de concentração e centralização do capital responsável pela criação de grandes monopólios que, atrelados ao alto desenvolvimento tecnológico, deram origem aos lucros extraordinários monopolistas. Tal como afirmam Netto e Braz (2012, p. 201), “o objetivo da organização monopolista é duplo – obter lucros acima da média (lucros extraordinários monopolistas) e escapar dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro”. Entretanto, esse processo não representou apenas um

progressivo aumento da riqueza social, como também um progressivo aumento da pobreza que atingiu a população trabalhadora.

Assim, o grande avanço técnico-científico que possibilitou o incremento da produtividade transferiu a predominância da MV absoluta para a MV relativa e criou novas modalidades de exploração que resultaram em um processo de precarização da força de trabalho que aqui trataremos como um fenômeno acentuado dessa fase do capitalismo, todavia a precarização do trabalho é histórica e pertencente a esse modo de produção.

Após essas considerações, a indústria automobilística – um ramo altamente concorrente e com grande potencial de acumulação – cresceu nesse período e objetivou novos modelos produtivos com o fim de sempre gerar mais trabalho não pago e aumentar a acumulação de capital, a exemplo do taylorismo-fordismo, predominante nos anos 70, e do toyotismo, nos anos 80 e 90.

O taylorismo/fordismo, característico dos anos 70, colocando o operário numa linha de produção em série<sup>11</sup> e o diminuindo a uma máquina de dar lucro ao capitalista. No processo produtivo, foi notado que algo que ocupava bastante o tempo de produção era a procura por peças, tornando, dessa maneira, a produção lenta e encarecida. Por conseguinte, Henry Ford, através de métodos do taylorismo – organização científica do trabalho –, desenvolve o Fordismo visando o consumo em massa de produtos padronizados. Como características principais desse modelo, temos: a produção em massa evitando desperdícios; o controle do tempo pelo cronômetro; o parcelamento de tarefas – e conseqüente aumento da divisão do trabalho – desqualificando a habilidade do operário; a linha de operação automatizada que reduzisse o tempo e aumentasse o ritmo de trabalho; a padronização das peças por meio de uma integração vertical; e, muitas vezes, a premiação do trabalhador que realizasse a tarefa no menor tempo possível, de forma a fazê-lo realizar uma atividade mecânica e repetitiva, abstraindo muito mais sobretrabalho e alienando o produtor direto do produto. Com tudo isso, Ford conseguiu diminuir sucessivamente o tempo de produção de um automóvel que, primeiramente, caiu de 12h30 para 5h50 e, consecutivamente, de 2h38 terminando em 1h30 (Gounet, 2002).

---

<sup>11</sup> “Uma esteira rolante desfila, permitindo aos operários, colocados um ao lado do outro, realizar as operações que lhes cabem. Além de ligar os trabalhos individuais sucessivos, a linha fixa uma cadência regular de trabalho, controlável pela direção da empresa. Permite uma produção fluida, limitando ao máximo os estoques” (Gounet, 2002, p. 19).

Como consequência, o Fordismo produziu lucros incessantes, estreitando ao máximo os possíveis espaços na jornada de trabalho de modo a fazer com que o trabalhador estivesse a todo momento criando valor, causando a mortalidade de diversas outras empresas concorrentes e ampliando, assim, o Fordismo ao mundo. Entretanto, diminuindo os custos ao extremo, foram geradas péssimas condições de trabalho que provocaram consequências psíquicas na vida do trabalhador devido ao incessante movimento repetitivo, sendo refletidas em uma crise desse modelo de produção. Para Pinto (2010),

basicamente, a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista [...] é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torna-se efetivamente um 'apêndice da máquina' (tal como fora descrito, ainda em meados do século 19, por Karl Marx, ao analisar o avanço da automação na indústria da época), repetindo movimentos tão absolutamente iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho no assunto (Pinto, 2010, p. 38).

Com a rigidez e excessos fordistas, bastante centrados no ambiente fabril com base contratualista, sendo colocados como motivos que freavam o avanço da acumulação capitalista nos anos 80, a crise desse modelo de produção abriu espaço a outras modalidades mais flexibilizadas, despóticas e "enxutas" que adentraram na chamada "acumulação flexível". Como afirma Pinto (2010),

a partir desse conjunto de transformações macro e microeconômicas, entrou em vigor um novo regime de acumulação de capital em nível internacional, a 'acumulação flexível', denominação de Harvey (1992) que traz à tona o principal objetivo dessa nova ordem: a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado [...] (Pinto, 2010, p. 47).

Num contexto de crise estrutural do capital, no qual o capitalismo enfrenta crises cíclicas devido à série de contradições que a própria acumulação cria, essa crise da superprodução capitalista teve como resposta uma reorganização do sistema do trabalho por meio da revolução técnico-científica que trouxe novas formas de exploração, acirrando a precarização do trabalho, o desemprego e deixando ainda mais evidente o caráter contraditório da acumulação. Como bem pontua Antunes (2011a, p. 193), "esta crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação

do capital, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução e que [...] afetou fortemente o mundo do trabalho”.

Nessa perspectiva, o capitalismo contemporâneo acentuou o caráter destrutivo da lógica do capital e, quanto mais intensificou a concorrência intercapitalista, mais agravou as consequências para a classe trabalhadora, fazendo com que a resposta a essa crise estrutural banalizasse a vida de trabalhadores e trabalhadoras ao redor mundo, de modo a criar novos mecanismos para explorar a força de trabalho. A esse respeito, Antunes (2011a) menciona que,

particularmente nos últimos anos, como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente, o toyotismo. Essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o movimento sindical e operário (Antunes, 2011a, p. 195).

Além disso, podemos mencionar que o principal representante desse sistema foi o Toyotismo nascido no Japão como “[...] uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva” (Antunes, 2011a, p. 25). Diferenciando-se do fordismo-taylorismo, o Toyotismo – ou modelo japonês – tem como principais características: a produção sob demanda; trabalhador multifuncional e polivalente que opera em várias máquinas/áreas; aumento da produção sem aumento do número de trabalhadores; ganhos salariais mediante produtividade; sindicalismo de empresa – família Toyota; produção variada e diversificada; estoque mínimo; “*just in time*”<sup>12</sup>, melhor aproveitamento do tempo – sistema de luzes verde, laranja e vermelha; *kanban*<sup>13</sup>, placas de reposição de peças; horizontalização; empresas

<sup>12</sup> “A esse regime de encomenda-produção-entrega precisas chamou-se de just-in-time. A tradução literal dessa expressão seria “no tempo certo”. Todavia, seu significado é mais abrangente: organizar-se sob o regime just-in-time significa produzir somente o que é necessário (seguindo exatamente as especificações do cliente), na quantidade necessária (nem mais, pois se deve abolir o estoque, nem menos) e no momento necessário (nem antes, o que significa ter um ‘estoque’ na forma de capacidade produtiva, nem depois)” (Pinto, 2010, p. 69).

<sup>13</sup> “No âmbito interno das fábricas, esses fluxos de informação e de materiais foram possibilitados pela elaboração de um dispositivo mecânico que conduzia caixas no sentido inverso da produção (ou seja, dos postos posteriores aos anteriores), contendo cartazes (*kanban*, em japonês) com informações sobre a quantidade necessária de alimentação dos postos subsequentes, ao mesmo tempo em que outras caixas passaram a circular no sentido normal do fluxo produtivo (dos postos anteriores aos posteriores), carregadas das peças ou materiais encomendados por cada um desses postos. Tratava-se do sistema *kanban*” (Pinto, 2010, p. 65).

subcontratadas e terceirizadas; Controle de qualidade total (CCQ); e a gerência participativa. Nessa ótica, tais fatores causam uma ainda maior exploração da força de trabalho e intensificação do ritmo de produção, aumentando a subordinação do trabalho ao capital. Assim,

se fosse para resumir o sistema toyotista em uma frase, diriam que é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada (Gounet, 2002, p. 30).

Com o Toyotismo, foi atingido o auge da intensificação do trabalho até aquele momento, trocando o modelo 1 homem/1 máquina, característico do fordismo/taylorismo, por 1 equipe/1 sistema, em que apenas 1 operário era responsável por manejar várias máquinas, mediante uma filosofia que pregava a luta contra o ócio do trabalhador, visto que um número mínimo trabalhava o máximo de horas possíveis. Outra característica foi o boicote aos sindicatos, tornando-os em apenas um 100% atrelado à filosofia do capitalista. Logo, o Toyotismo revoluciona o mercado devido à alta produtividade, respondendo melhor às transformações e se adaptando às mudanças tecnológicas, sendo, portanto, uma resposta à crise do Fordismo nos anos 70. Conforme Antunes (2011a),

Harvey desenvolve sua tese de que a acumulação flexível, na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, mantém três características essenciais desse modo de produção. Primeira: é voltado para o crescimento; segunda: este crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional (Antunes, 2011a, p. 29).

No que tange à diferenciação da função do trabalhador nesses dois modelos produtivos, mostrando como o capitalismo tem a capacidade de sempre surpreender quanto a maneiras de exacerbar a exploração do trabalhador assalariado, Pinto (2010) enfatiza que

em termos objetivos, no sistema taylorista/fordista, a capacidade produtiva era fixada no nível do trabalhador em seu posto e, dada a rigidez da hierarquia na divisão do trabalho, a solução para picos de variações na demanda era a manutenção de estoques, sujeitando a força de trabalho a altos níveis de rotatividade e os produtos à standardização. No sistema toyotista, a autonomia, a polivalência e a organização celular permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho passasse a ser flexível, absorvendo variações quantitativas e qualitativas na demanda dos produtos, sem manutenção de estoques e contando com um número idealmente fixo de trabalhadores, dos quais podem ser exigidas jornadas flexíveis, com aumento significativo de horas (Pinto, 2010, p. 70).

Diante disso, a tendência crescente de autonomizar o processo produtivo e exigir cada vez menos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é possibilitado produzir quantidades nunca antes imaginadas, nos mostra que a universalização dos modelos de produção mais flexibilizados intensifica o desemprego estrutural na sociedade burguesa e as possibilidades que os capitalistas possuem para maximizar a MV. Segundo Pinto (2010, p. 73),

[...] é preciso notar que a implementação dos sistemas de organização flexível, em especial o toyotista, gerou não apenas aumento da produtividade, mas também possibilitou às empresas adquirir maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, permitindo-as, portanto, elevar com rapidez até então inatingível sua disposição de atendimento à demanda sem ter de aumentar para isso o número de trabalhadores – ao contrário, o efetivo de trabalho tem sido reduzido drasticamente (Pinto, 2010, p. 73).

Com efeito, a busca para se manter no mercado faz com que os capitalistas utilizem de todas essas possibilidades para vencer seus semelhantes com a finalidade de acumular e centralizar cada vez mais capital, “portanto, para as firmas a acumulação significa crescer para obter benefícios cada vez mais gigantescos em um futuro cada vez mais próximo” (Gounet, 2002, p. 30). De forma progressiva, a força de trabalho assalariada é continuamente mais explorada à medida que são usurpadas maiores quantidades de trabalho excedente, mesmo com a elevação da produtividade e a utilização da mesma ou menor quantidade de força de trabalho. Para Barros (2019, p. 25), “a concorrência executa as leis internas da acumulação, tornando-a uma regra compulsória do seu movimento”.

Nessa perspectiva, a concorrência intercapitalista, como visto, se adaptou para sempre necessitar de menos trabalho vivo à medida que incrementa o trabalho morto, mesmo que contraditoriamente o capital precise de forma obrigatória da força de trabalho para valorizar valor, bem como para reduzir ao máximo o tempo necessário de produção e ciclo do capital. Antunes (2011b) ratifica que, como o capital, entretanto,

[...] não pode valorizar-se, isto é, gerar mais valor, sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ele busca incessantemente o aumento da produtividade, ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor, por meio da ampliação do trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico-informacional (Antunes, 2011b, p. 408).

O trabalho torna-se cada vez mais subordinado ao capital, sendo progressivamente mais controlado por mais que a capacidade de produzir riqueza aumente. Nessa ótica, os novos modelos produtivos, conforme analisamos, tentaram ao máximo criar maneiras de intensificar a extração de mais-trabalho, colocando a força de trabalho em uma situação acentuada de precarização exacerbando ao máximo o caráter destrutivo da essência desse modo de produção e suas relações sociais . Segundo Antunes (2011b),

se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI estamos diante de outras modalidades e modos de ser da precarização, próprias da flexibilidade toyotizada, com seus traços de continuidade e descontinuidade em relação à forma tayloriano-fordista (Antunes, 2011b, p. 412).

Diante disso, se a intenção é elevar a produtividade se utilizando da mesma ou de uma menor quantidade de força de trabalho, é inevitável que o processo de acumulação e reprodução do capital produza, além da superpopulação relativa e consequente desemprego estrutural, a demonstração da precarização do trabalho. Conforme Barros (2019, p. 20), “nesse sentido, a precarização do trabalho é um elemento próprio ao processo de acumulação, fazendo parte de sua matriz estrutural e caminhando ao lado das transformações que o desenvolvimento das relações burguesas promove”.

### 3.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO É UMA EXACERBAÇÃO DA EXPLORAÇÃO

Podemos começar esse subcapítulo perguntando: para onde vai essa quantidade de força de trabalho viva que foi expropriada? Assim, os que não passaram a integrar o contingente populacional que faz parte da superpopulação relativa, e refletem o desemprego estrutural na sociedade burguesa, veem-se obrigados a se inserir em funções precarizadas de emprego, principalmente a partir do século XXI com a acumulação flexível, sem garantias de remuneração e direitos trabalhistas. Conforme Barros (2019),

sua existência [superpopulação relativa] é fator preponderante para que ocorra a acumulação de capital, uma vez que esta possibilita um rebaixamento nos salários, ao mesmo tempo que também garante o disciplinamento dos trabalhadores. Como efeito, acaba por criar as condições para que a força de trabalho seja precarizada. Sua funcionalidade

reside em criar as condições adequadas para que a extração de sobretrabalho ocorra de forma mais vantajosa (Barros, 2019, p. 29).

Karl Marx em sua clássica obra “O Capital: crítica da economia política” nos apresentou a lei geral de acumulação capitalista ao afirmar que, no processo de acumulação obrigatório para esse modo de produção, a riqueza é gerada concomitantemente à pobreza, pois quanto mais o capital é expandido, mais a classe trabalhadora e a superpopulação relativa também o são. Em suas próprias palavras, “quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia do crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (Marx, 1988, p. 200).

A permanência do EIR em todas as fases do MDPC e em todos os países é a prova de que a lei geral existe e ocorre. Assim, o capitalismo sempre manteve um ineliminável contingente de trabalhadores sem compradores para a sua força de trabalho, e não é necessário ser um estudioso ou entusiasta da temática para ter conhecimento disso, pois qualquer indivíduo conhece alguém, já conheceu ou já passou pelo desemprego. É notável que as ruas são lotadas de pessoas mendigando esmola e as filas dos auxílios governamentais dobram quadras e avenidas, bem como trabalhadores já desistiram de procurar empregos formalizados e se renderam aos trabalhos informais, desregulamentados ou ao discurso de microempreendedorismo.

Maranhão (2019), por exemplo, afirma que

enquanto rapidamente foram criadas as condições que possibilitaram tornar excedentes e supérfluos uma parcela considerável de trabalhadores, lentamente as novas formas de produção ‘flexíveis’ do capital tem [sic] forçado e expandido as condições políticas e econômicas para utilizar-se dessa massa de trabalhadores ociosos e aumentar seus superlucros (Maranhão, 2019, p. 164-165).

Nesse contexto, os trabalhadores se veem cada vez mais sem alternativas para garantir os meios necessários à sua sobrevivência no capitalismo contemporâneo e, por outro lado, os capitalistas se beneficiam dessa grande insegurança causada pelo incremento do EIR e pela desregulamentação trabalhista que faz com que eles tenham menos direitos a cumprir com seus assalariados e, por consequência, aumentarem a MV extraída. Conforme Maranhão (2019),

nessa nova fase imperialista, o avanço capitalista na busca pelo crescimento econômico, cada vez mais, carrega consigo consequências devastadoras para a condição de vida e trabalho de trabalhadores e trabalhadoras, nas mais diversas regiões do planeta (Maranhão, 2019, p. 169).

A precarização do trabalho é uma forma de exacerbação da exploração do trabalhador pelo capital. Nesse sentido, as novas modalidades de trabalho precário nas quais se insere a classe trabalhadora têm em comum “a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais” (Antunes, 2011a, p. 50).

Assim sendo, depreende-se que as novas tendências de precarização do trabalho na entrada no século XXI – trazidas, principalmente, pelos novos modelos de produção, como o trabalho remoto, a terceirização e, sobretudo, a *uberização* com sua falsa aparência de autogestão no discurso de empreendedorismo – atingem negativamente o interior do proletariado. Haja vista o alto índice de desemprego, os trabalhadores não possuem relações contratuais de trabalho e partem para “serem seus próprios chefes” em aplicativos como *uber* e *ifood*, desresponsabilizando as empresas de arcar com os direitos que o trabalhador assalariado teria e desobrigando o Estado de suas responsabilidades sociais e políticas, reduzindo, assim, custos e aumentando o lucro. Conforme Pinto (2010),

o desemprego serve ainda a outros dois propósitos. Além de garantir a manutenção de baixos salários, viabiliza o intenso uso de trabalhadores contratados temporariamente, os quais, num período de crescimento da economia, são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para, num momento de recessão, voltarem à condição de desempregados por representarem capacidade produtiva ociosa. Ou seja, desemprego é um dos fatores que garante as jornadas flexíveis de trabalho, elemento vital no acoplamento da escala de produção à demanda dos mercados de consumo, proposta central do toyotismo (Pinto, 2010, p. 81).

Antunes (2011a) coaduna com esse pensamento quando afirma que as novas formas de precarização do trabalho sempre beneficiam o enriquecimento dos capitalistas e causam a intensificação da penúria dos que trabalham. Ele afirma que

é preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo ‘mundo empresarial’, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível

para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (Antunes, 2011a, p. 192).

Logo, a precarização no capitalismo contemporâneo trazida pelos modelos de produção e acumulação mais flexibilizados prejudicou ainda mais a vida de trabalhadores e trabalhadoras, tendo em vista que, além da intensidade do trabalho ter aumentado, a possibilidade de se conseguir um emprego formal diminuiu. “Evidentemente, tratou-se de um processo doloroso para a classe trabalhadora, pois a situação tinha caráter emergencial: era aceitar ou perder o emprego via demissão ou falência da empresa” (Pinto, 2010, p. 64). Dessa forma, a classe trabalhadora se vê obrigada a aceitar as condições de trabalho impostas mesmo com o aumento da exploração e ingressar no EIR ou recorrer a trabalhos informais e precarizados.

Esse percurso nos mostra, portanto, que, independentemente da fase que o MDPC se encontra, a classe trabalhadora sempre será explorada e precarizada pela classe capitalista. A produtividade aumenta, as forças produtivas se desenvolvem, novos modelos produtivos entram em cena, mas o trabalho – mesmo sendo o responsável pela reprodução da sociabilidade humana – sempre se mantém no lugar de enriquecimento da classe não produtora nesse modo de produção. A esse respeito, Tavares (2019) apresenta que

mudou a nomenclatura, mudou a organização, mudaram as regras, mas os objetivos são os mesmos, permitindo concluir que, apesar das ‘mudanças’, a ordem continua capitalista; sua base é o trabalho assalariado, seja ele por tempo ou por peça. A forma assumida não altera o conteúdo. O dismantelamento da dimensão coletiva da existência, resultante da propagação do indivíduo-empresa e de seus desdobramentos sociais não retirou desse tipo de indivíduo a tarefa de trabalhar sob o comando do capital (Tavares, 2019, p. 110).

Outrossim, os novos modelos produtivos e métodos de organização do trabalho são sempre criados visando aumentar a exploração da força de trabalho assalariada, regulando o tempo de produção e, por conseguinte, o sobretrabalho e os ciclos do capital. Se para aumentar a acumulação o capitalismo necessita de mais trabalhadores, ele o fará; se necessita de menos, também. Se máquinas são necessárias, ele investirá. Se o necessário é desregulamentar e colocar o trabalhador como seu próprio gestor, ele incentivará essa tendência, bem como, aumentar ou diminuir o desemprego. Diante disso, o capital sempre irá procurar

subordinar o trabalho “[...] seja na intensificação dos processos de extração da mais-valia e barateamento da força de trabalho, ou ainda no aprofundamento de suas características espoliadoras e expropriadoras” (Maranhão, 2019, p. 160).

Prontamente, isso nos mostra que as mudanças ocorridas no sistema capitalista pós anos 70 comprovam que a lei geral de acumulação capitalista, posta por Marx antes delas ocorrerem, continua sendo a base do MDPC e pertinente nos dias atuais. Em consonância a Maranhão (2019), temos que

ao patrocinar um maior controle do processo produtivo global pelo capital financeiro e intensificar a extração de mais-valia, a atual reorganização do espaço produtivo pela punção do capital, portador de juros e seu incremento em tecnologias poupadoras de trabalho, tem reafirmado também a lei geral de acumulação elaborada por Marx no capítulo XXIII de O Capital. Assim, a nova configuração da produção capitalista vem transformando uma parcela cada vez maior de trabalhadores em força de trabalho supérflua. Cada passo dado pelos capitalistas individuais na automação dos aparelhos produtivos, baseada hoje na introdução dos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir postos de trabalho, formas anteriores de relação contratual e as resistências dos operários à exploração no local de trabalho (Maranhão, 2019, p. 162).

Com isso, a lei geral de acumulação capitalista que, nesse modo de produção, independente da fase em que o capitalismo se encontra, a maximização da riqueza vem vinculada ao aprofundamento da miséria e, no capitalismo contemporâneo, a precarização do trabalho é um resultado dessa lei, à medida que desqualifica o trabalhador assalariado e é uma forma encontrada pelo capital para aumentar a subordinação do trabalho sobre ele.

Segundo Pimentel (2012, p. 26), “a condição para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista reside na acumulação do capital” e, sendo a acumulação de capital responsável por todas essas características inalienáveis, o proletariado está destinado à exploração enquanto o capitalismo imperar, pois depreende-se que a dinâmica de acumulação aumenta a riqueza social, mas, também, gera a multiplicação da pobreza, cravando uma relação de interdependência entre os dois extremos. Assim, a acumulação de capital dá o alicerce para a precarização do trabalho à proporção que promove o desemprego e intensifica a exploração.

A aparência do modo de produção capitalista pode variar conforme seu desenvolvimento histórico. Nesse sentido, podemos vivenciar momentos de maior ou menor desemprego, de maior ou menor pobreza, de conquistas ou retrocessos

trabalhistas, de novas modalidades de trabalho, ou melhor, de vínculos empregatícios. Contudo, o fato é que na sociedade burguesa, em qualquer momento, sua essência nunca irá mudar. Desse modo, a acumulação é comprovada pela lei geral e não existiria sem a exploração da força de trabalho, sendo inimaginável o capitalismo sem tais consequências imediatas que o proletariado precisa enfrentar. O EIR permanece em todos os estágios, dando prosseguimento à eterna polarização entre capital e trabalho que pauperiza a vida de trabalhadores assalariados e desempregados ao redor do mundo e em qualquer país.

Pela primeira vez em um modo de produção, a pobreza é gerada pela mesma razão que propicia a geração de riqueza: a exploração da força de trabalho que produz a MV e não devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, como nos modos de produção pré-capitalistas. Dessa maneira, é possível superar a exploração da força de trabalho na sociedade burguesa? À luz da perspectiva marxista, a superação dessa forma de produção e distribuição da riqueza social é incompatível com a tendência geral de acumulação capitalista. Logo, enquanto houver capitalismo, haverá trabalhadores sendo explorados pelo capital em todos os lugares.

Apreender a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo como decorrente de um desenvolvimento histórico e fruto da acumulação capitalista nos mostra, principalmente para assistentes sociais, que ela é indissociável desse modo de produção e causa profundas consequências na desigualdade social sentidas principalmente pela classe trabalhadora. Desse modo, a precarização do trabalho integra a essência do MDPC.

Sendo assim, a essência da sociedade capitalista sempre será a mesma. A exploração da força de trabalho como base da reprodução do capital não importa o estágio em que esse modo de produção se encontre, não importa o ramo da produção, não importa se trata-se de Brasil ou Noruega, não importa se o salário base aumentou. Com efeito, o capitalismo pode se mascarar, portanto, por trás de diferentes aparências imediatas, mas intrínseco a seu modo de ser está assentada a expropriação e as formas de exacerbação da exploração da força de trabalho assalariada.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É por meio do processo de trabalho que o ser humano consegue se reproduzir e produzir toda a riqueza da sociedade, sendo responsável pela nossa sobrevivência e história. Para isso, ele se utiliza da característica mais inata ao homem, a força de trabalho, combinada a instrumentos, ferramentas, matérias primas etc. para produzir valores de uso, que só serão mercadorias quando adentrarem num mercado para satisfazer a necessidade de outrem. Entretanto, em sociedades de classes os produtores diretos são sempre explorados pela classe apropriadora da riqueza gerada, sendo esse o caso do MDPC.

O capitalismo é um modo de produção que surgiu da crise do modo de produção anterior – o feudal – num processo que expropriou os produtores diretos de seus meios de produção e acesso às formas necessárias de garantir sua sobrevivência, gerando, desse modo, um grande contingente de pessoas que dependeriam de outros para isso.

Assim, como o MDPC é baseado numa sociedade de classes, o mesmo processo deu gênese a uma grande classe social de indivíduos desprovidos de meios de produção necessitando vender seu bem mais precioso, a força de trabalho, e do outro, uma pequena classe detentora dos meios de produção e poder, gerando, respectivamente, as duas classes sociais principais do capitalismo: o proletariado e a burguesia, ao mesmo tempo em que se geravam todas as características que esse modo de produção necessitaria para se manter como a acumulação primitiva de capital.

No capitalismo, muitos necessitam ser desapossados para que poucos tenham posse, pois aquela força de trabalho do produtor direto é comprada pelo capitalista que, junto aos meios de produção que lhe pertencem, produzirão mercadorias que, quando forem realizadas no mercado, gerarão para o capitalista mais dinheiro do que ele previamente investiu nesse processo.

Mas como isso é possibilitado? Durante o tempo em que o trabalhador assalariado está a serviço do capitalista, ele trabalha mais do que a sua força de trabalho custou, gerando, assim, um valor superior que não será pago, mas, sim, será apropriado pela classe não produtora: a MV. A MV representa justamente o caráter exploratório do capitalismo e a subordinação do proletariado sobre a burguesia.

Esse valor excedente gerado permite que o capitalista possa sempre acumular e concentrar mais capital, haja vista que terá a sua disposição capital para investir no processo, continuamente, engendrando mais e mais dinheiro, reinvestindo em força de trabalho e em meios de produção. No entanto, os capitalistas competem com capitalistas e, para vencer essa concorrência, aumentam a exploração sobre a classe trabalhadora, investindo no aumento da produtividade, o que significa mais meios de produção e menos força de trabalho, tendo como resultante o desemprego.

Qual a essência da sociedade burguesa? A essência do capitalismo está fundamentada em acumular capital mediante a exacerbação das formas de exploração da força de trabalho assalariada. Todo o caminho percorrido nesse trabalho de pesquisa foi realizado não só para analisar além da aparência do modo de produção capitalista, todavia também romper com a ideologia burguesa dominante e tentar chegar até à essência do capitalismo, que não se traduz tão somente pela teoria crítica à economia política, mas permanece atual desafiando a cada dia a sobrevivência da massa de trabalhadores assalariados, sendo essa a realidade dura e cruel vivida principalmente pela classe trabalhadora.

Com efeito, acumular capital é reproduzir as relações sociais que formam a sociedade burguesa, as classes trabalhadora e capitalista. É manter os capitalistas, portanto, em posse dos meios de produção e das condições de compra da força de trabalho, enquanto mantém os trabalhadores desprovidos detendo apenas a sua própria força de trabalho que depende de outro indivíduo para lhe gerar subsistência. Outrossim, é maximizar o capital e, ao mesmo tempo, perpetuar a classe trabalhadora para ao fim, não utilizar dela em sua totalidade.

No capitalismo contemporâneo, mais especificamente no monopolista, essa exploração é intensificada, pois ao mesmo tempo em que se registra altos índices de acúmulo de riqueza para a classe capitalista, também se registram altos índices de miséria e desemprego para a classe trabalhadora, não obstante o grande desenvolvimento da produtividade social. Novos modelos produtivos, em especial o toyotismo, mudam a aparência do processo para uma “acumulação flexível” em que se registra um alto desenvolvimento técnico científico à custa de cada vez menos trabalhadores e os que são empregados têm jornadas de trabalho intensificadas e direitos desregulamentados.

Logo, depreende-se que o processo de reprodução do capital no capitalismo contemporâneo leva ao acirramento da precarização do trabalho devido à intensificação da exploração do trabalhador e ao alto nível de desemprego que faz com que boa parte da classe trabalhadora recorra a vínculos empregatícios informais e ao discurso de empreendedorismo, tornando-se seus próprios chefes, sem garantias trabalhistas e direitos governamentais, aumentando, por conseguinte, os lucros da burguesia. Assim, a precarização deve ser apreendida como uma forma de exacerbação da exploração da força de trabalho e, ao mesmo tempo, uma resultante da tendência geral de reprodução ampliada de capital, ou seja, da acumulação capitalista.

Essa nova realidade, por sua vez, gerou formas contemporâneas de exploração da força de trabalho numa busca incessante por um aumento da produtividade que sempre amplia os mecanismos de extração de MV, como o aumento do trabalho informal, emprego sem carteira assinada, emprego temporário, terceirizado, trabalhadores informais por conta própria criando o fenômeno da “uberização” e ampliando o desemprego estrutural inerente ao capitalismo.

Karl Marx, num momento mais inicial MDPC, já havia nos apresentado a lei geral de acumulação capitalista que afirma que a riqueza, no capitalismo, gera concomitantemente a pobreza e miséria, pois, para acumular capital, é obrigatória a exploração da força de trabalho e que sempre haverá uma superpopulação relativa em relação às necessidades imediatas do capital, os desempregados e desempregadas.

Dessa forma, isso nos mostra que a lei geral de acumulação capitalista continua atual e é pertinente a qualquer fase desse modo de produção, visto que acumular capital mediante uma exacerbada exploração da força de trabalho sempre será sua essência intrínseca apenas se adaptando e modificando sua aparência imediata. Assim, é impossível imaginar a sociedade burguesa sem desemprego e miséria e, somente superando essa forma de reprodução social, é que poderíamos imaginar uma sociedade sem tais características exploratórias e emancipar a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era de precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3JD9n46H3Dhn7BYbZ3wzC7t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BARRADAS, Liana França Dourado. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

BARROS, Albani de. Fundamentos da Precarização do trabalho sob a análise da crítica da economia política. *In*: SOUZA, Reivan Marinho de; RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão; BIZERRA, Fernando de Araújo (Orgs.). **Na trama da precarização**: ensaios sobre a dinâmica do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2019.

COLECTIVO da Universidade de Berlim. **Guia para a leitura do capital**. Berlim: Antídoto, 1978.

FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. [S. l.]: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade *In*: CEAD-UNB. **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 2. Brasília: CEAD, 1999, p. 19-33.

LOPES, Tiago Camarinha. Mais-valia absoluta e relativa em Marx e Marini. *In*: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. Notas sobre o imperialismo contemporâneo: mundialização financeira, expropriações e intensificação da exploração da força de trabalho. *In*: SOUZA, Reivan Marinho de; RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão; BIZERRA, Fernando de Araújo (Orgs.). **Na trama da precarização**: ensaios sobre a dinâmica do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. Tradução: Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 249-255

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e Superexploração da Força de Trabalho em Marx e Marini. *In*: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?**: Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAAD FILHO, Alfredo. Teoria Marxista do Valor: uma introdução. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 40, p. 159-177, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10736/6349>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Lisboa: Belo Horizonte, 1978.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. *In*: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. O neoliberalismo e o indivíduo-empresa: a dissimulação do trabalho informal. *In*: SOUZA, Reivan Marinho de; RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão; BIZERRA, Fernando de Araújo (Orgs.). **Na trama da precarização: ensaios sobre a dinâmica do trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.